



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

233  
SERVIDOR

## **CONCORRÊNCIA 02./2024** **(Art. 28, II da Lei 14.133/21)**

### **CONTRATANTE**

Prefeitura Municipal de Umbaúba

### **OBJETO**

Pavimentação a Paralelepípedo e Urbanização do Canteiro central da Rua João Paulo II, no Município de Umbaúba/SE

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 768.859,11

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 25/09/2024 às 08:30h (horário de Brasília)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço global Art 33, I C/C Art 34 da Lei 14.133/2021

### **MODO DE DISPUTA:**

Aberto

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim

### **LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME**

[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
FOLHA Nº 234  
SERVIDOR Nº 1001

ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

EDITAL  
CONCORRÊNCIA Nº 02/2024  
Art. 28, II da Lei 14.133/2021

Torna-se público que o(a) Prefeitura Municipal de Umbaúba, por meio do(a) Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos, sediado(a) a Praça Gil Soares, 272, centro, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023; Decreto Municipal 2178 de 25 de setembro de 2023; Lei Municipal 861 de 13 de março de 2014 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a **Pavimentação a Paralelepípedo e Urbanização de Canteiro Central da Rua João Paulo II, no Município de Umbaúba/SE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por itens, conforme anexos que fazem parte desse instrumento convocatório, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem. O valor de referência, para o objeto, será o somatório total de todos os itens.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;





PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
FOLHA Nº 235  
SERVIDOR Nº CAR

**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS**

- 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

FOLHA 236  
SERVIDOR

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

FOLHA Nº 237

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor ou desconto..... (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e ..... (anual, total) do item;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

4.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. ***Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.***

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

FOLHA 239  
SERVIDOR

- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 300,00**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS**

- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBÁÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

241  
SERVIDOR

quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo] / [Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios abaixo]:

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.5. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **03 DIAS ÚTEIS**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.6. **É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.**

5.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11.2. **Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.**

6.11.3. **Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;**

6.11.4. **Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.**





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

6.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

- 7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **15%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados por cópias acompanhadas das originais ou por cópias autenticadas
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.9. ***Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.***
- 7.9.1. ***O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail [licitacao@umbauba.se.gov.br](mailto:licitacao@umbauba.se.gov.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.***
- 7.9.2. ***Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.***
- 7.10. A habilitação será verificada por meio eletrônico, conforme campo próprio existente na plataforma do [licitanet.com.br](http://licitanet.com.br).
- 7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).





FOLHA 247  
CURVIDOR(A) JAN

ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

- 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 7.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.12.1. **Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 03 (TRÊS HORAS), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.**
- 7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.13. A verificação na plataforma **licitanet.com.br** ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.
- 7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS**

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **licitanet.com.br**.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:





249  
FOLHA  
SERVIDOR (A)

**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBÁÚBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS**

- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 9.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 9.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 9.2.1. advertência;
  - 9.2.2. multa;
  - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
  - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS**

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **03 (três) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.





252  
SERVIDOR(A) *[assinatura]*

**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS**

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail: [licitacao@umbauba.se.gov.br](mailto:licitacao@umbauba.se.gov.br) ou plataforma: [licitanet.com.br](http://licitanet.com.br)

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



252  
SERVIDOR(A) *ADV*

**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS**

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.umbaubas.se.gov.br/site/licitacoes>.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.11.1. **ANEXO I** – ETP e Projeto Básico/Termo de Referência
  - 11.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
  - 11.11.1.2. Apêndice II do Anexo I – Projeto Básico, Documentos relativos, habilitação e proposta
- 11.11.2. **ANEXO II** – Especificações, quantitativos e preços máximos. Art 67
- 11.11.3. **ANEXO III** – Modelo de Carta Proposta Comercial.
- 11.11.4. **ANEXO IV** – Modelo de Declaração da Licitante de Visita ao Local de Execução da(s) Obra(s).
- 11.11.5. **ANEXO V** - Planilha de Preços da Licitante.
- 11.11.6. **ANEXO VI** - Planilha de Valor Orçado pela Prefeitura.
- 11.11.7. **ANEXO VII** - Cronograma de Desembolso Máximo.
- 11.11.8. **ANEXO VIII** - Planilha Analítica da Composição do BDI
- 11.11.9. **ANEXO IX** - Planilha Analítica da Composição dos Encargos Sociais
- 11.11.10. **ANEXO X** – Modelo de Procuração
- 11.11.11. **ANEXO XI** - Modelo de Declaração de Empregados Menores
- 11.11.12. **ANEXO XII** – Modelo de Declaração de Responsabilidade e de Liberação Ambiental
- 11.11.13. **ANEXO XIII** - Modelo de Declaração de Disponibilidade para a Execução do Objeto do Contrato.
- 11.11.14. **ANEXO XIV** – Modelo de Declaração do Responsável Técnico.
- 11.11.15. **ANEXO XV** – Declaração de que atende aos requisitos legais da Lei 123/2006 e alterações.
- 11.11.16. **ANEXO XVI** – Minuta do Contrato

**Umbaúba, 05 de setembro de 2024**

**Fábio Roberto Ramos**  
Secretário Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos





Protocolo 253  
SERVIDOR(A) *ad*

**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBÁÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS**

**ANEXO I**

**(Projeto Básico, ETP, Documentos Relativos a Habilitação e Proposta)**



254  
02  
eal

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PAVIMENTAÇÃO E CANTEIRO CENTRAL DA RUA JOÃO PAULO II

### INFORMAÇÕES BÁSICAS:

A elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP constituem a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e tem como objetivo, tanto assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto ambiental e, também, embasar o termo de referência ou o projeto básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável. O presente documento apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que melhor atenderá à necessidade de PAVIMENTAR RUA do município.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri - lá, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Órgão Solicitante: Prefeitura Municipal de Umbaúba

Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos

### 1. *DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO*

A pavimentação urbana possibilita qualidade de vida e desenvolvimento ao município trazendo a conquista e ocupação de regiões isoladas, promovendo ligações entre os centros e as periferias, e, ainda, auxilia na valorização de áreas. Também proporciona maior conforto e qualidade de vida à população, melhorando condições de limpeza, o que contribui para uma saúde pública, minimizando decorrentes de enchentes, aumentando a segurança, e gerando economia no transporte de pessoas e mercadorias, através de menor desgaste de veículos.

O canteiro central é uma estrutura presente em vias urbanas e rodovias que tem como objetivo separar as pistas de tráfego em sentidos opostos. Também conhecido como canteiro central de divisão, é uma faixa de terreno localizada no meio da via, que proporciona segurança e organização ao trânsito. Ele desempenha um papel fundamental na organização do tráfego e na segurança dos usuários das vias.

Este projeto busca não apenas realizar melhorias físicas, mas também garantir uma abordagem eficiente e sustentável no âmbito das contratações municipais. Ele é uma iniciativa que busca promover uma transformação positiva na qualidade de vida dos munícipes de Umbaúba. Ao integrar eficiência econômica, técnicas inovadoras e uma abordagem holística das necessidades da comunidade, pretende-se não apenas



255  
08  
remediar as condições, mas também estabelecer bases sólidas para um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo.

Esta empreitada de pavimentação e canteiro central revela-se de grande importância para a mobilidade urbana do município de Umbaúba, pois, facilitará o acesso e locomoção de todos os cidadãos. O empreendimento consiste na execução da pavimentação e canteiro central da Rua João Paulo II, com a implantação de todos os dispositivos necessários para o funcionamento.

Portanto, compreendemos ser plenamente justificável a alocação dos recursos pleiteados, possibilitando assim a realização da pavimentação, o que representará uma significativa melhoria na infraestrutura local, conferindo benefícios substanciais tanto aos residentes no local, quanto aos que utilizam esta como principal meio de acesso a outras vias.

- Ruas pavimentadas facilitam o acesso a serviços essenciais, como escolas, hospitais e mercados, melhorando a qualidade de vida;
- A pavimentação reduz o desgaste de veículos, resultando em menores custos de manutenção para os residentes no município;
- Ruas pavimentadas exigem menos manutenção do que ruas não pavimentadas, reduzindo os custos de reparos e aumentando a durabilidade da infraestrutura viária;
- Ruas pavimentadas podem facilitar o acesso a áreas comerciais, industriais e de serviços, estimulando o crescimento econômico e o desenvolvimento local;
- Ruas pavimentadas reduzem os riscos de acidentes, especialmente em condições climáticas adversas, como chuva, proporcionando melhor aderência aos veículos e uma superfície mais estável para pedestres;
- Canteiro central desempenha um papel fundamental na organização do tráfego e na segurança dos usuários das vias;
- Canteiro central também serve como uma barreira física que impede a invasão de veículos em sentido contrário, reduzindo assim o risco de colisões frontais.

A execução da pavimentação busca trazer aos munícipes melhores condições de trafegabilidade, escoamento de materiais e transportes, além de maior conforto ao transitar pelas ruas do município. A Secretaria de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos tem por objetivo buscar melhorias estruturais, rodoviárias e habitacionais para o município.

O objetivo principal deste estudo é, portanto, tornar a licitação do objeto demandado pelo Órgão executável nos moldes da legislação em vigor e atender a necessidade de realização de licitações sustentáveis, como forma de implementação de contratos administrativos com obrigações que atendam e respeitem o desenvolvimento sustentável de matéria ambiental, econômico, social e cultural.



256 04  
256  
04  
256  
04

## 2. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a execução do objeto, o mercado dispõe, usualmente, de dois tipos de pavimentação, que é a asfáltica e a colocação de paralelepípedo, abaixo será abordado um estudo prévio e a definição da melhor solução para a necessidade abordada neste ETP.

### Asfalto x paralelepípedo

Segundo especialistas, não há pavimento melhor ou pior. "É preciso definir os parâmetros da escolha baseado em premissas de cada situação", defende o engenheiro civil Anderson Manzoli, coordenador do curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Estácio. De acordo com ele, os principais são o fluxo e tipo de veículo que irá circular na via e a qualidade do sistema de drenagem.

Se o tráfego for de veículos leves e não intenso, o paralelepípedo pode ser mais durável, exigindo menos manutenção. Se o tráfego for de veículos pesados, o paralelepípedo não suportaria as cargas e constantemente precisaria de reparos, tornando a escolha do pavimento asfáltico mais adequada.

A presença de paralelepípedos em vias é capaz de fazer, por exemplo, com que a água proveniente das chuvas seja drenada pelo solo com maior facilidade por meio dos vãos entre uma rocha e outra. Caso sejam assentadas sobre areia, o resultado é ainda melhor e isso ajuda a evitar enchentes. Na contramão, o asfalto absorve mais calor no cotidiano e tem grandes dificuldades de escoar resquícios de tempo chuvoso.

A manutenção de cada tipo também conta com diferenças. As pedras geram custos mais 'salgados', porque o processo é demorado e depende de trabalhadores com conhecimento deste tipo de rocha, o que hoje está em desuso. O acerto de reparos no meio de local asfaltado é mais rápido e barato, além de facilitar a instalação de sensores para medir o número de veículos e velocidade máxima para controle e monitoramento dos departamentos de engenharia de tráfego.

Apesar de pior à natureza, o asfalto permite melhor deslocamento dos veículos, principalmente quando falamos em vias com grande fluxo. O paralelepípedo acaba por ser a opção ideal em relação a ruas locais e de baixa intensidade de trânsito.

O presente ETP indica a pavimentação em paralelepípedo como a melhor opção para a rua abordada neste estudo, pois, além de proporcionar uma superfície uniforme e duradoura, se trata de vias onde transitam veículos leves.

Quanto às soluções passíveis de atender a demanda:



- 257  
VAV
- 105  
CAD
- Solução 01: Execução indireta – a Administração Pública contrata com terceiros a realização da obra.

A contratada terá profissionais especializados na realização da pavimentação, poderá oferecer os materiais e as tecnologias necessárias ao cumprimento do projeto executivo.

- Solução 02: Execução direta – feita pelos órgãos e entidades da Administração, por seus próprios meios.

A Prefeitura Municipal não dispõe em seu quadro de funcionários mão de obra especializada suficiente para atender a demanda, tampouco possui os materiais e ferramentas necessárias para o cumprimento do projeto executivo.

- Solução 03: Execução mista – mesclando os órgãos da Administração com a contratação de terceiros.

Como a Prefeitura Municipal não dispõe em seu quadro de funcionários mão de obra especializada suficiente para atender a demanda, seria necessária a contratação de uma empresa para fornecer o quantitativo restante de funcionários. Além disso, precisaria adquirir os materiais e equipamentos, onde o quantitativo de material insuficiente acarretaria atraso na execução do serviço.

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a **execução indireta**. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

a) empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

b) empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

c) empreitada integral - quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada;

d) contratação por tarefa - quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

e) contratação integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e



258  
f) suficientes para a entrega final do objeto;

f) contratação semi-integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

g) fornecimento e prestação de serviço associado: regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado.

Após o levantamento das informações supra deste estudo, a solução proposta se constitui no seguinte objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia, por empreitada por preço Global por Item, visando à execução de obra de Pavimentação e Canteiro Central da Rua João Paulo II, situada em Umbaúba/Sergipe, de acordo com os projetos executivos, especificações, planilha orçamentária. Essa abordagem promove uma concorrência mais ampla, permitindo à administração pública obter vantagens significativas.

Foram realizadas pesquisas no que tange às contratações de obra de pavimentação no âmbito de outros Órgãos da Administração Pública, com o objetivo de verificar as soluções compatíveis/similares que venham a dar atendimento aos requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo.

Para tanto, conforme quadro a seguir, observa-se que vários órgãos públicos de todo o estado adotam a estratégia de contratação do serviço.

**Tabela 1 - Contratações de órgãos públicos**

ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO	MODALIDADE	ESCOPO DOS SERVIÇOS	EMPRESA VENCEDORA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade - SEDURBI	Obra de infraestrutura rodoviária e pavimentação.	Concorrência, do Tipo Menor Preço Global.	Execução dos serviços/obras de infraestrutura rodoviária e pavimentação em paralelepípedo do Caminho de Santa Dulce, que interliga a sede do município de São Cristóvão a Aracaju, neste Estado.	VIBAL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.



259  
JW

07  
DW

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo – Prefeitura Municipal de Simão Dias	Pavimentação de ruas.	de	Concorrência, do Tipo Menor Preço Global.	Prestação de serviços na execução de obra referente a pavimentação em paralelepípedo de diversas ruas e vias do município de Simão Dias.	JILDEVAL NEVES DE CARVALHO JUNIOR LTDA
-----------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------	----	-------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------

Sendo assim, atesta-se que a solução de contrato de obra para pavimentação de ruas é comum em outros órgãos públicos de diversos municípios.

A partir da análise mencionada, foram identificados alguns fornecedores capazes de atender à demanda da Administração, a título exemplificativo:

Tabela 2 - Potenciais fornecedores de serviços de pavimentação

RAZÃO SOCIAL	CNPJ	CIDADE	UF
LDVL CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS LTDA	13.597.475/0001-59	Aracaju	SE
FTL CONSTRUTORA E INCORPORADORA	37.127.452/0001-49	Pedrinhas	SE
CONSTRUTORA NORDESTE LTDA	13.005.178/0001-77	Aracaju	SE
FORTEX CONSTRUÇÕES LIMITADA	22.931.101/0001-19	Itabaiana	SE
DIAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI	43.104.293/0001-60	Itabaiana	SE
MB CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA	15.547.646/0001-60	Barra dos Coqueiros	SE

Verificou-se que no mercado existem muitas empresas prestadoras deste serviço, e a lista acima é meramente exemplificativa.

Em análise do contexto de mercado, habilitam-se as empresas de engenharia ou construtoras com o devido Acervo Técnico, apresentando as qualificações técnico-operacionais e técnico-profissionais. Dessa maneira, conforme se observa neste Estudo Técnico Preliminar a solução é a contratação de empresa de engenharia especializada para pavimentação da referida rua.

Em análise do contexto de mercado, habilitam-se as empresas de engenharia ou construtoras com o devido Acervo Técnico, apresentando as qualificações técnico-operacionais e técnico-profissionais. Dessa maneira, conforme se observa neste Estudo Técnico Preliminar a solução é a contratação de empresa de engenharia especializada para pavimentação e construção do canteiro central da referida rua.



08  
AD

260  
AD

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução que melhor atende às necessidades da Administração é a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação em paralelepípedo e construção do canteiro central, mediante a disponibilização de mão de obra, equipamento e materiais.

Em termos de justificativa econômica, não há alternativas menos dispendiosas para atender o interesse da Administração que não a contratação de pessoa jurídica. Após a definição de preços de referência, a contratação ainda será conduzida por Concorrência, o que trará ampla participação de interessadas que fará com que o preço a ser contratado se aproxime ao valor de mercado.

A contratação destina-se a execução de obra pavimentação em paralelepípedo e drenagem da referida rua, bem como a construção de um canteiro central, com elementos que deverão ser definidos em projeto básico e executivo que deverão prever, inicialmente, os seguintes serviços:

- Serviços preliminares e instalação de canteiro de obra;
- Serviços de terraplanagem;
- Execução dos serviços de pavimentação em paralelepípedo;
- Execução de serviços de Drenagem;
- Locação do canteiro central;
- Pavimentação do canteiro central;
- Iluminação e paisagismo do Canteiro;
- Limpeza;
- Demais serviços necessários.

Ademais, com a Contratação de Empresa Especializada para execução do projeto de pavimentação em diversas ruas do município pode-se atender, de forma satisfatória a solicitação em questão, visando beneficiar os munícipes e o comércio local, tendo em vista que tal pavimentação trará melhorias significativas em relação ao tráfego, condições de rolamento, transporte, escoamento de materiais, conforto, modernização das vias urbanas, além de auxiliar a valorização das áreas e gerar qualidade de vida, de modo atender as políticas públicas do Município, contribuir com a eficiência dos empreendimentos, garantindo qualidade e gerando desenvolvimento.

A pavimentação e construção do canteiro serão de conformidade com o previsto no projeto básico, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, que serão elaborados em momento oportuno pelo setor competente, já tendo sido aqui demonstrado que a melhor forma de execução dos serviços é a indireta, através de empreitada.



263  
09  
CAU

As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto Básico.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

Para a presente contratação será elaborado Projeto Básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

Requisitos técnicos da contratação:

- a) Definição do local de execução dos serviços, a saber: endereço indicado no Objeto deste documento;
- b) Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- c) Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- d) Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
- e) Empresa de engenharia para execução de serviços de reforma de edificação em alvenaria com estrutura de concreto armado, conforme quantitativos previstos nos projetos;
- f) Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- g) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional;



- 262  
20  
CAD
- h) Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
  - i) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação;
  - j) Cumprimento, por parte da contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo o correto descarte dos resíduos segundo sua classe.

#### Requisitos de sustentabilidade:

Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia.

A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

#### Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.



263 JW 27 JW

## **5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

A demanda prevista será resultado do programa de necessidades estabelecido, vistoria prévia técnica do local, levantamento detalhado dos serviços e as quantidades dos mesmos, elaboração dos projetos técnicos detalhados, somados aos memoriais descritivos e/ou memorial de especificações de serviços, elaborados por equipe técnica devidamente capacitada (quadro de engenheiros/arquitetos da Secretaria Municipal de Obras), que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação.

## **6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil e do ORSE - Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe, que são as principais tabelas utilizadas no orçamento de obras no estado, de acordo com a última atualização da base de dados publicada. Na falta de composição no boletim de referência, deve-se apresentar a composição unitária do serviço, contendo as justificativas técnicas para as composições adotadas, com elementos suficientes que permitam o controle da motivação dos atos que fundamentaram os valores adotados (por exemplo, memória de cálculo dos coeficientes de utilização de insumos), bem como a identificação do responsável pela elaboração.

Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária, serão elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que deverá compor a documentação do Projeto Básico.

Preliminarmente, baseados em orçamento prévio estimativo, estima-se R\$646.932,65 (seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e trinta e dois reais e sessenta e cinco centavos) o valor de referência da contratação ora pretendida. A tabela a seguir, demonstra uma estimativa média de gastos para pavimentação e canteiro central da referida rua.







265  
JAV

13  
CAV

benefícios, proporcionando um nível mais elevado de controle por parte da Administração na execução das obras, cumprimento de cronograma e observância rigorosa dos prazos.

Manter a gestão centralizada durante todo o processo construtivo permite uma supervisão mais eficaz, possibilitando uma resposta ágil a desafios e imprevistos que possam surgir durante a execução do projeto. Além disso, a concentração da responsabilidade contribui para assegurar a qualidade do investimento, uma vez que o administrador permanece envolvido do início ao fim do empreendimento.

É particularmente relevante ressaltar que, em obras com serviços interrelacionados, qualquer atraso em uma etapa construtiva pode acarretar consequências adversas em etapas subsequentes. Isso não apenas compromete o cumprimento dos prazos, mas também pode resultar em aumento de custos e na dificuldade de manter os marcos intermediários e finais de entrega da obra.

Nesse contexto, a recomendação de não parcelamento é fundamentada na ideia de preservar a integridade do objeto contratado, evitando prejuízos ao conjunto ou ao complexo do empreendimento. Essa abordagem estratégica visa garantir que a execução das obras seja eficiente, econômica e que os resultados estejam alinhados com os objetivos da Administração Pública, contribuindo para o sucesso global do projeto.

#### **8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

#### **9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

O alinhamento desta necessidade corrobora com a Lei nº 860 de 20 de dezembro de 2023 – LOA, para o exercício financeiro 2024, com a previsão orçamentária e financeira para despesas correntes para custeio da máquina pública e com indicação



266  
CAN

24  
600

no Plano Anual de Contratações (PCA), no qual constam os quantitativos já expostos. A demanda está em consonância com o Plano de Contratações Anual – PCA 2024, conforme abaixo apresentado:

Objeto	Mês Desejado	Modalidade Prevista	Valor Estimado
PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	ABRIL/2024	CONCORRÊNCIA	800.000,00

Entretanto, é preciso uma atenção maior para os valores previstos no PCA 2024 após a elaboração dos projetos e memoriais, é possível que, na fase de planejamento do Plano de Contratações Anuais, os custos não tenham sido totalmente considerados ou subestimados. Com o Estudo Técnico da pavimentação anterior (ETP de Pavimentação das Travessas Estância -I,II,III,IV-, João Tolentino e Rua Transversal a Rua da Jaqueira) foi previsto a utilização de uma parte do valor estimado para pavimentação de ruas e vias, sendo assim, pode ocorrer a situação do valor restante não ser o suficiente para execução da pavimentação prevista no presente ETP. Dessa forma, este estudo recomenda uma reanálise do PCA após a elaboração dos projetos, planilha orçamentária e memoriais, com a finalidade de checar se o valor restante é suficiente para execução da pavimentação em estudo. Caso não seja suficiente, recomenda-se alinhar os valores previstos no Plano de Contratações com o valor estimado para a realização da pavimentação.

No que se refere à Urbanização dos Canteiros, mencionada no presente estudo, ao fazer uma verificação no PCA 2024, foi constatado a sua **não previsão**, sendo a única urbanização planejada "Conclusão da Urbanização da Avenida Benjamin Constant". Como ela não foi prevista, mas se faz necessária, conforme demonstrada no presente estudo, este ETP solicita a verificação de possível inclusão desta Urbanização no Plano de Contratações. Caso a inclusão seja viável, recomenda-se a sua execução. Para que desta forma, esteja alinhado com os instrumentos de planejamento do município, de acordo com o Decreto Municipal nº 2214 de 19 de fevereiro de 2024.

## **10. RESULTADOS PRETENDIDOS**

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos,



267  
15  
CAN

bem como para a redução dos impactos ambientais.

A pavimentação de ruas e estradas é uma prática essencial para melhorar a infraestrutura urbana e promover benefícios significativos para a comunidade. Abaixo estão algumas justificativas para realizar pavimentação:

1. **Melhoria da mobilidade:** A pavimentação adequada proporciona uma superfície segura para o tráfego de veículos, pedestres e ciclistas. Ruas pavimentadas facilitam o deslocamento diário, reduzem os tempos de viagem e melhoram a eficiência do transporte público;
2. **Acesso facilitado:** A pavimentação garante o acesso a residências, escolas, hospitais, estabelecimentos comerciais e áreas de lazer. Isso é especialmente importante para pessoas com mobilidade reduzida, como idosos e pessoas com deficiência, que dependem de uma infraestrutura acessível;
3. **Segurança viária:** Uma superfície pavimentada proporciona melhores condições de aderência e reduz o risco de acidentes;
4. **Valorização imobiliária:** Ruas pavimentadas aumentam o valor dos imóveis próximos, pois oferecem um ambiente mais agradável e atrativo. Além disso, a infraestrutura adequada estimula o desenvolvimento urbano e atrai investimentos;
5. **Conforto e qualidade de vida:** A pavimentação reduz a quantidade de poeira, lama e detritos transportados pelo vento ou água da chuva, melhorando a qualidade do ar e tornando o ambiente mais limpo e saudável. Também reduz o desconforto causado por buracos, irregularidades e obstáculos nas vias;
6. **Manutenção mais fácil:** Ruas pavimentadas requerem menos manutenção em comparação com vias não pavimentadas. A superfície lisa e uniforme facilita a limpeza, o reparo de eventuais danos e a sinalização viária;
7. **Desenvolvimento econômico:** A infraestrutura de transporte bem planejada e pavimentada é um fator crucial para o crescimento econômico de uma região. Ela facilita o escoamento de produtos, o acesso a mercados e a atração de empresas, impulsionando o comércio local.

Em resumo, a pavimentação de ruas e estradas é fundamental para promover a mobilidade, a segurança, o desenvolvimento urbano e a qualidade de vida das comunidades. Ela proporciona benefícios tanto para os moradores locais quanto para o desenvolvimento socioeconômico de uma região como um todo.

Quanto ao canteiro central da via, além de separar as pistas de tráfego,



268  
10/11/2016  
16  
CAB

desempenhando um papel fundamental na organização do tráfego e na segurança dos usuários das vias, ele também serve como uma barreira física que impede a invasão de veículos em sentido contrário. Além disso, o canteiro central contribui para a estética urbana, proporcionando um ambiente mais agradável e arborizado. A presença de vegetação e áreas verdes ao longo das vias também contribui para a melhoria da qualidade do ar e para a redução do ruído causado pelo tráfego.

Realizar a contratação da empresa especializada poderá gerir de forma mais eficiente a realização dos serviços, proporcionando a melhor acessibilidade, deslocamento, trafegabilidade, conforto, condições de rolamento, melhorando o aproveitamento aos recursos e proporcionando aumento de sua capacidade produtiva que visa conceder benefício aos munícipes, que tem por finalidade buscar avanços para o município.

A empresa contratada deverá atender todos os requisitos estabelecidos no Edital de Licitação e Projeto executivo. A contratação deve ter resultados positivos, com a melhor prática de execução dos serviços de pavimentação, de acordo com o Projeto Executivo, mantendo-se o padrão de qualidade, ou superior do que será definido em projeto. Realizada a produção do projeto básico/executivo, elaborada pelo Setor de Obras, o próximo passo se consubstancia no planejamento da efetuação de certame para contratação de empresa para execução da obra.

#### **11. PROVIDÊNCIAS**

Sob a ótica dos trâmites administrativos, verifica-se a necessidade de nomeação de uma comissão técnica para avaliação das propostas no certame, bem como equipe de fiscalização do contrato.

Após a realização do certame deve ocorrer a realização de empenho(s) e assinatura de contrato e respectiva emissão de portaria nomeando equipe de fiscalização.

Deverá ser designada equipe, com conhecimento técnico, para acompanhar e fiscalizar a obra, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou problemas observados.

As atividades de gestão e fiscalização (técnica e administrativa) da execução contratual serão desempenhadas por servidores designados pela autoridade competente, observadas as diretrizes da legislação pertinente.

#### **12. IMPACTOS AMBIENTAIS**

Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos



269  
negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.
- f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra CONTRATADA.

Sob esse viés normativo, a contratação pretendida caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

Diante disso, na execução da pavimentação deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

### 13. CONCLUSÃO

Trata-se de Obra Especial de Engenharia, pois a sua execução acarretará em alteração significativa do espaço, demonstrando elevada complexidade e necessitando de conhecimento específico para fazê-lo, cuja ação impacta no alcance do objeto



270  
19  
CORVADURA  
pretendido. As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

A Prefeitura Municipal não possui em seu quadro de servidores profissionais habilitados, em quantitativo suficiente, para a execução da pavimentação e canteiro central da referida rua de modo que para suprir tal necessidade torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados.

Considerando que para a execução da obra de pavimentação em paralelepípedo e construção do canteiro central da Rua João Paulo II, torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados, tendo em vista a necessidade de melhorias.

Assim, após o planejamento consignado neste estudo técnico, mostra-se viável a obtenção do objeto, sendo ele a contratação de empresa para execução de pavimentação em paralelepípedo e construção do canteiro central da Rua João Paulo II.

Com base nos estudos apresentados, particularmente na escolha da solução de mercado que incorpora critérios e práticas de sustentabilidade nesta Secretaria, conclui-se que a contratação é viável para atender às necessidades e interesses da mesma.

A sugestão acima reflete um planejamento antecipado de ações ou atividades pretendidas, evidenciando uma abordagem que busca otimizar custos e promover a eficiência na execução do projeto. A inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade demonstra um compromisso não apenas com as demandas imediatas do projeto, mas também com a responsabilidade ambiental e social.

Umbaúba, em 25 de abril de 2024.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

  
Fernanda Gabriela F. Ribeiro  
Engenheira Civil  
CREA - SE 2717796215

Fernanda Gabriela Ferreira Ribeiro  
Engenheira Civil



271  
29  
Danilo Marcel Monteiro Souza  
Arquiteto e Urbanista



279  
201

29  
CPM

**PROJETO BÁSICO**  
**PAVIMENTAÇÃO À PARALELEPÍPEDO**  
**E CANTEIRO CENTRAL DA RUA JOÃO PAULO II**  
**NO MUNICÍPIO DE UMBAÚBA/SE**

**UMBAÚBA / SERGIPE**

Agosto de 2024

**PROJETO BÁSICO**

De acordo com a Lei n.º 14.133/21



## 1. APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO

### 1.1. MUNICÍPIO

Umbaúba é uma cidade do Estado do Sergipe. Os habitantes se chamam umbaubenses. O município se estende por 121,1 km<sup>2</sup> e contava com 25.800 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 208,9 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município.

Vizinho dos municípios de Arauá, Cristinápolis e Itabaianinha, Umbaúba se situa a 19 km a Sul-Leste de Itabaianinha a maior cidade nos arredores.

Situado a 119 metros de altitude, de Umbaúba tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 11° 22' 34" Sul, Longitude: 37° 39' 11" Oeste.

### 1.2. ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO

A área de interesse deste projeto é a Pavimentação e Urbanização do Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE.

### 1.3. LOCALIZAÇÃO

O logradouro contemplado no projeto fica situado no perímetro urbano do município, conforme croqui abaixo.



Figura 01: Croqui demonstrando o perímetro urbano do município de Umbaúba - SE.  
Fonte: Adaptado de Google Maps.

## 2. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS:

<b>Órgão Requerente:</b> - Prefeitura Municipal de Umbaúba/SE - Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos	<b>Descrição de categoria de investimento:</b>  <input type="checkbox"/> Aquisição <input checked="" type="checkbox"/> Contratação de Serviços
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



**3. MODALIDADE E O TIPO DE LICITAÇÃO:**

Modalidade de Licitação:	Critério de Julgamento:
(X) Concorrência - Art. 28, inciso II da Lei nº 14.133/21.	Art. 33, inciso I, C/C Art. 34 da Lei nº 14.133/21: (X) Menor Preço ( ) Melhor técnica ou conteúdo artístico; ( ) Técnica e preço; ( ) maior retorno econômico; ( ) maior desconto;

**4. DADOS DA INSTITUIÇÃO**

- **ENTIDADE PROPONENTE:** Prefeitura Municipal de Umbaúba - SE;
- **CNPJ:** 13.099.395/0001-73;
- **ÓRGÃO:** Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos;
- **SECRETÁRIO:** Fábio Roberto Ramos;
- **ENDEREÇO:** Rua Estância, 586, Centro;  
CEP: 49.280-000 U.F.: SE

**5. DESCRIÇÃO DO PROJETO**

- **TÍTULO DO PROJETO:** Pavimentação à Paralelepípedo e Urbanização do Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE;
- **LOCAL:** Rua João Paulo II, Umbaúba/SE;
- **VALOR:** R\$ 768.859,11 (setecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e onze centavos).



**6. DO OBJETO**

- 6.1 O presente Projeto Básico tem por finalidade definir o conjunto de elementos que nortearão a execução da Pavimentação à Paralelepípedo e Urbanização do Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE.
- 6.2 A Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos da Cidade do Município de Umbaúba – SE, por meio deste Projeto Básico tem por finalidade atender o disposto na legislação vigente concernente às contratações públicas e aos dispositivos da Lei nº 14.133/21, bem como, normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão o credenciamento de pessoa jurídica para execução de obra da Pavimentação à Paralelepípedo e Urbanização do Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE.
- 6.3 Considerando que se trata de serviços de engenharia com valor previsto no Art. 23, inciso I, alínea 'b', da Lei nº 14.133/21, orientamos a contratação através da licitação, atendendo aos princípios de eficiência e da celeridade, atendendo ao interesse público envolvido.

**7. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO**

- 7.1 Justifica-se tendo em vista a necessidade da Pavimentação à Paralelepípedo e da Urbanização do Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE, proporcionar melhor qualidade de vida, com relação à mobilidade urbana, para os munícipes que vivem nessas localidades, bem como melhorar a saúde, tendo em vista que com essas pavimentações esses beneficiados sairão da poeira, nos períodos quentes e da lama no períodos chuvosos.

**8. DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO**

- 8.1 Segue em anexo ao projeto básico o projeto executivo que apresenta o Memorial Descritivo da Pavimentação à Paralelepípedo e Urbanização do Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE.

**9. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

- 9.1 A CONTRATADA deverá manter o local, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, telas, etc., com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa.
- 9.2 Os serviços poderão ser executados fora do horário de expediente e em finais de semana, para garantir o prazo de entrega dos mesmos, sem qualquer tipo de ônus para o Município de Umbaúba.
- 9.3 Manter o Diário de Registro de Obra devidamente atualizado e encaminhá-lo à fiscalização conforme periodicidade determinada pela Contratante ou juntamente com a planilha de medição.
- 9.4 Usar material normatizado e de boa qualidade para a realização dos serviços.
- 9.5 Serão de inteira responsabilidade da contratada as despesas com pessoal, impostos, alimentação, transporte e material.
- 9.6 Os serviços deverão seguir na íntegra os memoriais descritivos e projetos que fazem parte do projeto executivo.
- 9.7 Verificar com a Fiscalização, local para "bota-fora" do material escavado ou outro material, de grande volume, que for necessário estocar.
- 9.8 A CONTRATADA deverá manter os seus funcionários equipados com os devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e Equipamento de Proteção Coletiva – EPC's durante todo o período de trabalho, principalmente uniformizados e identificados.



- 9.9 A CONTRATADA deverá providenciar banheiro, almoxarifado, refeitório ou o que se fizer necessário para a realização dos serviços.
- 9.10 Os locais onde serão realizados os serviços deverão ser entregues limpos, sem material excedente e bem sinalizado, pronto para o uso público.
- 9.11 Recolher Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao CREA/SE, referente a todos os serviços de engenharia.
- 9.12 Os serviços não poderão prejudicar o fluxo de pedestres e veículos, exceto quando da impossibilidade de realizá-los sem tal prejuízo.
- 9.13 Evidentemente, tais serviços não poderão ser executados em dias chuvosos.

## 10. DO LOCAL DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 10.1 O local da execução do serviço será na Rua João Paulo II, Umbaúba/SE

## 11. DO PRAZO PARA INÍCIO E ENTREGA DOS SERVIÇOS

- 11.1 O prazo para início da execução da obra deve ser após a Ordem de Serviço, que será emitida pelo Departamento de Engenharia juntamente com o prefeito municipal em exercício.
- 11.2 Para emissão da ORDEM DE INÍCIO serão exigidos os seguintes documentos mínimos: Caução da Obra na forma prevista na lei nº 14.133/21; - ART/RRT Execução de Obra.
- 11.3 O prazo estipulado para execução e conclusão da obra será de 150 (Cento e cinquenta) dias corridos, conforme Cronograma Físico-Financeiro. Sendo que o prazo de 150 (Cento e cinquenta) dias estipulado no Cronograma Físico-Financeiro começa a contar a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado a critério do Município, em conformidade com art. 92 da Lei n. 14.133/21.

## 12. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO E DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

- 12.1 A Contratada deverá comunicar ao Fiscal do Contrato, para o recebimento provisório dos serviços contratados, ficando o recebimento definitivo a cargo do Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Umbaúba.
- 12.2 O recebimento provisório da obra deverá ser feito pelo responsável por seus acompanhamento e fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado conforme elencado artigo 140 da Lei 14.133/21.
- 12.3 O recebimento definitivo deverá ser feito mediante Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, em até 90 (noventa) dias, observado o disposto no art. 140 da Lei 14.133/21.
- 12.4 O recebimento definitivo ocorrerá após o sanar eventuais pendências relacionadas no recebimento provisório.

## 13. DA CONDIÇÃO DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

- 13.1 O recebimento da obra, após sua execução e conclusão, obedecerá ao disposto nos Artigos 140 da Lei nº 14.133/21.
- 13.2 A obra deverá ser entregue livre de entulhos, depósito de materiais utilizados na obra, pedras ou matações lateríticos ou qualquer forma de material estranho resultantes da execução da base e sub-base.



- 13.3 A área a que se destinou o depósito, abrigo provisório e o pátio para equipamento devem ser entregues limpo, nivelado e sem a presença de qualquer tipo de material estranho.
- 13.4 Os canteiros das ruas devem ser aterrados e nivelados na altura da cota de topo do meio fio.
- 13.5 Os passeios públicos devem ser limpos, aterrados, se necessário ser retirado o excesso de material, nivelado a partir da cota de topo do meio fio até o alinhamento predial.
- 13.6 A obra será recebida pela contratante que por sua vez verificará: o comprimento de tubulação, o diâmetro da tubulação, quantidade e a qualidade dos poços de visita, quantidade e qualidade das bocas de lobo.
- 13.7 A obra deverá ser recebida pelo Departamento de Engenharia que é órgão fiscalizador, podendo, portanto, o mesmo solicitar exigências que porventura não foram cumpridas no projeto ou no memorial.
- 13.8 O objeto desta licitação será recebido:
- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.
  - b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, em até 90 (noventa) dias, observado o disposto no art. 89 da lei n.º 14.133/21.
- 13.9 Não será aceita entrega parcial do serviço, nem serviço em desconformidade com o caderno de especificações, sob pena de rejeição do serviço.
- 13.10 O Fiscal acompanhará a execução e emitirá relatório onde constatará a conclusão ou não do serviço para emissão da nota fiscal no valor corresponde ao cronograma aprovado.

#### 14. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 14.1 O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da data da sua Assinatura.
- 14.2 O prazo contratual estabelecido poderá ser prorrogado dentro da sua vigência, em conformidade com o disposto no Artigo 91 da Lei nº 14.133/21.

#### 15. DO PRAZO DE GARANTIA

- 15.1 O empreiteiro que executar a Obra **Pavimentação à Paralelepípedo e Urbanização do Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE**, ficará responsável pela solidez e segurança do trabalho por um período irredutível de 5 (cinco) anos, conforme elencado no artigo 618 do Código Civil.
- 15.2 A CONTRATANTE terá 180 (Cento e oitenta) dias após o aparecimento dos vícios ou defeitos para propor ação contra o empreiteiro, sob pena de decair o seu direito de propor a referida ação, conforme elencado no artigo 618, parágrafo único do Código Civil.

#### 16. DA INDICAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO ADEQUADO

- 16.1 A CONTRATADA deve comprovar que possui em seu quadro permanente, na data da licitação, a constante da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA, engenheiro (s) detentor (es) de atestado (s) e/ou certidão (ões) de responsabilidade técnica por execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação.



## 17. DA CAPACIDADE/RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 17.1 Poderão ser credenciados todos os estabelecimentos que atendam às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Turismo e que atendam todas as exigências legais, descritas no edital de licitação.
- 17.2 Os proponentes concorrentes devem apresentar documentos que comprovem que a empresa está apta para o seu funcionamento regular, conforme estabelecido em edital.
- 17.3 Da responsabilidade técnica da contratada;
- 17.4 Deverá apresentar certidão de inscrição da empresa e do (s) responsável (is) técnico (s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da região da sede da empresa.
- 17.5 Comprovação de a Licitante possuir em seu quadro permanente, na data da licitação e constante da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA, engenheiro (s) detentor (es) de atestado (s) e/ou certidão (ões) de responsabilidade técnica por execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação.

## 18. DOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

- 18.1 Sugere-se para gestão do contrato, o servidor público Marcelo Oliveira Lima, Matrícula nº 4163, RG: 137.486-1 SSP/SE CPF: 009.316.965-50.
- 18.2 Ficará designado para comissão de fiscalização o Engenheiro Civil, José Garcez de Oliveira Júnior, CREA 270445752-2, engenheiro da Prefeitura Municipal de Umbaúba, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos.

## 19. DO VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO

- 19.1 Valor Estimado para a Execução da Obra é de R\$ 768.859,11 (setecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e onze centavos).
- 19.2 O valor estimado para a execução da referida obra foi obtido através da Tabela SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil e ORSE, conforme planilha anexa.

## 20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 20.1 As despesas decorrentes da contratação objetivada através do presente Projeto Básico correrão por conta da dotação orçamentária consignada no Orçamento vigente para o corrente exercício, conforme a seguir especificada:

**UO 17026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS – SOTUR**

**Ação: 1034 – Urbanização e/ou arborização de vias e logradouros**

**449051.0000 – Obras e Instalações**

**Fonte de Recurso: 1710.000 (Recursos de Transferência Especial dos Estados)**

**Valor: R\$ 247.933,63 (duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos).**

**Ação: 1048 – Abertura e/ou pavimentação de vias**

**449051.0000 – Obras e Instalações**

**Fonte de Recurso: 1710.000 (Recursos de Transferência Especial dos Estados)**

**Valor: R\$ 520.925,48 (quinhentos e vinte mil, novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos).**



**21. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 21.1 Os pagamentos serão efetuados conforme o cronograma Físico-Financeiro de acordo com o Relatório de Medição, em até 30 (trinta) dias a contar da data da entrega das referidas Notas Fiscais de Serviço na Contabilidade, desde que aprovadas pela Fiscalização. A Prefeitura Municipal se compromete a pagar somente os serviços por ela autorizados.
- 21.2 O pagamento das medições será efetuado conforme medições mensais, com base no cumprimento de no mínimo 80% das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, apresentado pela CONTRATADA, acompanhada da Nota Fiscal emitida em nome do Município de Umbaúba, devidamente atestada pela Fiscalização do contratante.
- 21.3 O pagamento da última fatura ficará condicionado à emissão, pelo Município de Umbaúba, do Termo de Recebimento Definitivo.
- 21.4 Apresentada a fatura, caberá ao fiscal do contrato atestar a regular realização dos serviços, encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, acompanhada do boletim de medição aprovado pela fiscalização.
- 21.5 A empresa vencedora deverá a cada pagamento comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.
- 21.6 A medição dos serviços será composta dos seguintes documentos: Folha de identificação com os dados do contrato; Ficha de medição; Memória de cálculo; Folha de medição; Ficha de medições acumuladas; Ficha para medição do canteiro; Ficha para medição da mobilização (equipamentos); Ficha dos índices pluviométricos (pluviometria); Registro fotográfico dos serviços executados; Diário de obras atualizado; Resultados dos ensaios de controle tecnológico, devidamente assinados e registrados no CREA/SE, acompanhados da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
- 21.7 As medições dos serviços executados serão efetivadas mensalmente, tomando-se como final do período o último dia de cada mês. Todavia a primeira medição poderá ser realizada após a expedição da Ordem de Início dos Serviços, no final do mês em curso, e a última medição, após a conclusão da obra, independente do período mensal. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.
- 21.8 Entre duas medições não poderá decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto quando se tratar da primeira e da última medição (Medição Final).
- 21.9 As medições devem ser acompanhadas de cronograma físico-financeiro, devidamente atualizado, deverão ser encaminhadas para o Fiscal designado para acompanhamento da Obra.
- 21.10 As medições somente serão analisadas quando atingirem no mínimo 80% do valor proposto no cronograma da empresa, devendo apresentar carimbo e assinatura do responsável técnico da empresa.
- 21.11 As medições de Administração Local de Obra serão feitas conforme o disposto no Acórdão TCU 2.622/2013: "Plenário recomendou estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e nos arts. 6 e 45, da Lei n. 14.133/21".
- 21.12 Apresentada a fatura, caberá ao fiscal do contrato atestar a regular realização dos serviços, encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, acompanhada do boletim de medição aprovado pela FISCALIZAÇÃO.
- 21.13 Não será permitida solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, por parte da Contratada, dentro de um período mínimo de 12 meses posteriormente a data do certame. Sendo que estas solicitações devem ser feitas conforme metodologia adotada pelo município e apresentada através de Ofício referente. "Apresentação da metodologia de cálculo a ser adotada para reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de obra".



- 21.14 Não serão validados pedidos de reajustamento de preços fora do prazo de execução firmado em contrato, caso haja aditivo de prazo, dentro deste só será aceito pedido de reajustamento se o motivo do atraso for de responsabilidade também da Contratante.

## 22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 22.1 A CONTRATADA deve executar os serviços em conformidade aos requisitos previstos no edital.
- 22.2 Deverá a CONTRATADA cumprir o prazo previsto para entrega da obra, estimado em **150 (cento e cinquenta) dias**, conforme Cronograma Físico-Financeiro.
- 22.3 Executar a obra conforme projetos, planilhas e memoriais.
- 22.4 Realizar, quando necessário, levantamentos e estudos complementares pertinentes, execução dos serviços, sem constituir custos adicionais, ou mesmo a prorrogação de seu prazo de vigência.
- 22.5 Obter, por sua conta, todas as licenças, franquias e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 22.6 Fornecer ART (anotação de responsabilidade técnica) devidamente registrada por profissional competente para execução da mesma.
- 22.7 Corrigir, durante a execução dos serviços, todos os defeitos apontados pela fiscalização, assim como refazer aqueles tidos como impróprios ou mal executados, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação específica para fazê-lo.
- 22.8 Elaborar cronograma físico-financeiro com precisão e de forma mais detalhada, junto a um plano de ataque, de forma que não poderão estar detalhadas apenas as etapas conforme cronograma da Administração, mas sim as frentes de serviço junto a dimensionamento das equipes, tendo como limite máximo o prazo pré-estipulado pelo departamento de engenharia. Junto com a Ordem de Início dos Serviços será realizada uma reunião com a fiscalização e jurídico da prefeitura, para apresentação do cronograma e plano de ataque da Contratada e posterior aprovação pela fiscalização. Lembrando que todas as medições deverão obrigatoriamente ser acompanhadas do cronograma físico-financeiro atualizado pela empresa, e neste cronograma deve constar duas situações, a etapa prevista no cronograma aprovado pela fiscalização e a executada efetivamente.
- 22.9 Todas as medições seguirão o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA.
- 22.10 Caso a CONTRATADA não cumpra com cronograma proposto, a mesma deverá apresentar uma justificativa expondo os motivos pelo qual não cumpriu com o cronograma, e apresentar novo cronograma para que possa ser analisado. A justificativa e o novo cronograma devem ser feitos via ofício direcionado ao departamento de engenharia e protocolado.
- 22.11 A solicitação de vistoria e posteriormente liberação das medições deverá ser feita através de ofício, e o mesmo deverá ser encaminhado ao departamento de engenharia com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
- 22.12 As medições somente serão analisadas quando atingirem no mínimo 80% do valor proposto no cronograma da CONTRATADA, devendo apresentar correta identificação e assinatura do responsável técnico da empresa.
- 22.13 Será permitida apenas 01 (uma) medição por mês.
- 22.14 A CONTRATADA deve se submeter à fiscalização da CONTRATANTE, sendo o departamento de engenharia responsável para fazer as vistorias e correções caso seja necessário.
- 22.15 A CONTRATADA deve ser responsável pela qualidade dos serviços, bem como pela qualidade dos produtos usados na execução do serviço, no que diz respeito à observância de normas vigentes.
- 22.16 As vistorias realizadas pela fiscalização do departamento de engenharia deverão ser obrigatoriamente acompanhadas pela responsável técnica da CONTRATADA.
- 22.17 A CONTRATADA deve assumir a responsabilidade técnica pela dos serviços executados.
- 22.18 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.



38  
EAD

- 22.19 Apresentar, durante a vigência do contrato, ritmo de trabalho compatível com a conclusão no prazo previsto para entrega dos serviços.
- 22.20 Submeter-se às normas de segurança do trabalho em vigor, sendo responsável por quaisquer acidentes de trabalho, referente ao seu pessoal, decorrente em função de serviços contratado e/ou por ela causada a terceiros.
- 22.21 Todos os equipamentos, veículos, computadores, softwares, insumos necessários para a execução dos trabalhos inclusive fotocópias, impressões encadernações, refeições e mobilização de equipes serão, às expensas, custeados pela contratada.
- 22.22 A empresa CONTRATADA deverá proceder previamente ao estudo e análise antes de sua execução, para que não haja nenhuma dúvida ou falta de informação que possa prejudicar o andamento dos serviços.
- 22.23 Caberá à CONTRATADA todo o seguro dos materiais e equipamentos sob sua responsabilidade, e também seguro de acidente de trabalho para todos os que trabalham sob sua supervisão.

281

EAD

### 23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 23.1 A CONTRATANTE deve observar para que seja mantida, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.
- 23.2 Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 23.3 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, e efetuar os pagamentos nas condições e preço pactuados.
- 23.4 Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais.
- 23.5 A CONTRATANTE deverá emitir ordem de serviço para a CONTRATADA.
- 23.6 Acompanhar a execução do serviço na figura do técnico-fiscal e auxiliares.
- 23.7 Prestar todas as informações necessárias à CONTRATADA para realização do serviço.
- 23.8 Receber ou rejeitar o serviço após verificar a execução e qualidade do mesmo.
- 23.9 Atestar a Nota Fiscal e envio da mesma ao setor competente para o pagamento.
- 23.10 Fornecer a CONTRATADA todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato.
- 23.11 Realizar a Fiscalização dos serviços por meio da equipe técnica de engenheiros, lotados na Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos e pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Umbaúba – SE.
- 23.12 Indicar e garantir a participação de representantes da Prefeitura Municipal de Umbaúba nas reuniões com a CONTRATADA.
- 23.13 Comunicar por escrito e tempestivamente a CONTRATADA qualquer alteração ou irregularidade apontadas pelo Departamento de Engenharia na execução deste Contrato.
- 23.14 Comunicar a CONTRATADA a necessidade de substituição de qualquer profissional indesejado.
- 23.15 Efetuar o pagamento das faturas apresentadas, desde que atendidas às condições estabelecidas e às condições previstas em cláusula contratual.
- 23.16 Designar por portaria, o fiscal da obra e do contrato, para a realização do seu acompanhamento e fiscalização.
- 23.17 O fiscal designado, na realização do acompanhamento e fiscalização da obra deverá aferir os resultados da contratação observando se a execução dos serviços está em conformidade com as exigências do Projeto Básico, Projeto Executivo, Proposta de Preços da empresa vencedora e demais anexos e informações do processo que lhe deu origem.
- 23.18 O fiscal designado deverá fazer avaliação dos materiais utilizados na execução dos serviços e sua conformidade com as especificações da Planilha Orçamentária e Proposta Comercial.
- 23.19 O fiscal responsável deve fazer a medição "in loco" dos serviços finalizados e entregues.

  
Assessoria de Planejamento  
Engenheiro Civil  
CREA 270445752-2



39  
CAN

- 23.20 A CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada nos serviços executados.
- 23.21 A CONTRATANTE deve rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas.

## 24. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

- 24.1 O Fiscal de Obra designado pela Secretaria de Cidade deverá fazer a fiscalização da obra da **Pavimentação à Paralelepípedo e Urbanização do Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE**, e ainda será responsável pelo controle dos serviços executados.
- 24.2 Ficará designado para comissão de fiscalização o **Engenheiro Civil, José Garcez de Oliveira Júnior, CREA 270445752-2**, engenheiro da Prefeitura Municipal de Umbaúba, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos.
- 24.3 As medições referentes à obra executada deverão conter obrigatoriamente a assinatura do engenheiro ou engenheiros responsáveis pela fiscalização da execução da obra.

## 25. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 25.1 Fica vedada a subcontratação no todo dos serviços contratados, devendo utilizar na obra seus próprios funcionários devidamente registrados em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.
- 25.2 Poderão ser subcontratados alguns serviços desde que sejam submetidos à prévia autorização da Fiscalização da Prefeitura Municipal de Umbaúba, homologados pelo Departamento de Engenharia.

## 26. DA IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇO A EXECUTAR E DOS MATERIAIS A INCORPORAR A OBRA

- 26.1 Conforme Memorial Descritivo, projetos executivos e planilha orçamentária, todos em anexo.

## 27. DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

- 27.1 Segue em anexo ao Projeto Básico a planilha de composição de custos.

## 28. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO:

- 28.1 **HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Conforme disposto no Art. 66 da Lei nº 14.133/21.
- 28.2 **REGULARIDADE FISCAL:** Conforme disposto no Art. 62 da Lei nº 14.133/21.
- 28.3 **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:** Conforme disposto no Art. 15 e 18 da Lei nº 14.133/21.
- 28.4 **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PESSOA JURÍDICA:** Conforme disposto no Art. 67 da Lei nº 14.133/21.

Umbaúba-SE, 08 de agosto de 2024

*Jose Garcez de Oliveira Junior*  
**JOSE GARCEZ DE OLIVEIRA JÚNIOR**  
Engenheiro Civil  
CREA-SE: RNP: 270445752-2

*Mirelle Rosa Oliveira Ferreira*  
**MIRELLE ROSA OLIVEIRA FERREIRA**  
Secretaria Municipal de Planejamento e  
Orçamento Participativo  
CPF: 032.687.475-58



29  
CAN

283  
CAN

## PROJETO BÁSICO

PAVIMENTAÇÃO À PARALELEPÍPEDO  
E CANTEIRO CENTRAL DA RUA JOÃO PAULO II  
NO MUNICÍPIO DE UMBÁUBA/SE

UMBAÚBA / SERGIPE

Agosto de 2024

PROJETO BÁSICO

De acordo com a Lei n.º 14.133/21



## 1. APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO

### 1.1. MUNICÍPIO

Umbaúba é uma cidade do Estado do Sergipe. Os habitantes se chamam umbaubenses. O município se estende por 121,1 km<sup>2</sup> e contava com 25.800 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 208,9 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município.

Vizinho dos municípios de Arauá, Cristinápolis e Itabaianinha, Umbaúba se situa a 19 km a Sul-Leste de Itabaianinha a maior cidade nos arredores.

Situado a 119 metros de altitude, de Umbaúba tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 11° 22' 34" Sul, Longitude: 37° 39' 11" Oeste.

### 1.2. ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO

A área de interesse deste projeto é a Pavimentação e Urbanização do Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE.

### 1.3. LOCALIZAÇÃO

O logradouro contemplado no projeto fica situado no perímetro urbano do município, conforme croqui abaixo.



Figura 01: Croqui demonstrando o perímetro urbano do município de Umbaúba - SE.  
Fonte: Adaptado de Google Maps.

## 2. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS:

<b>Órgão Requerente:</b> - Prefeitura Municipal de Umbaúba/SE - Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos	<b>Descrição de categoria de investimento:</b>  <input type="checkbox"/> Aquisição <input checked="" type="checkbox"/> Contratação de Serviços
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



**3. MODALIDADE E O TIPO DE LICITAÇÃO:**

Modalidade de Licitação:	Critério de Julgamento:
(X) Concorrência - Art. 28, Inciso II da Lei nº 14.133/21	Art. 33, inciso I, C/C Art. 34da Lei nº 14.133/21: (X) Menor Preço ( ) Melhor técnica ou conteúdo artístico; ( ) Técnica e preço; ( ) maior retorno econômico; ( ) maior desconto;

**4. DADOS DA INSTITUIÇÃO**

- **ENTIDADE PROPONENTE:** Prefeitura Municipal de Umbaúba - SE;
- **CNPJ:** 13.099.395/0001-73;
- **ÓRGÃO:** Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos;
- **SECRETÁRIO:** Fábio Roberto Ramos;
- **ENDEREÇO:** Rua Estância, 586, Centro;  
CEP: 49.260-000 U.F.: SE

**5. DESCRIÇÃO DO PROJETO**

- **TÍTULO DO PROJETO:** Pavimentação à Paralelepípedo e Urbanização do Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE;
- **LOCAL:** Rua João Paulo II, Umbaúba/SE;
- **VALOR:** R\$ 768.859,11 (setecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e onze centavos).



**6. DO OBJETO**

- 6.1 O presente Projeto Básico tem por finalidade definir o conjunto de elementos que nortearão a execução da Pavimentação à Paralelepípedo e Urbanização do Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE.
- 6.2 A Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos da Cidade do Município de Umbaúba - SE, por meio deste Projeto Básico tem por finalidade atender o disposto na legislação vigente concernente às contratações públicas e aos dispositivos da Lei nº 14.133/21, bem como, normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão o credenciamento de pessoa jurídica para execução de obra da Pavimentação à Paralelepípedo e Urbanização do Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE.
- 6.3 Considerando que se trata de serviços de engenharia com valor previsto no Art. 23, inciso I, alínea 'b', da Lei nº 14.133/21, orientamos a contratação através da licitação, atendendo aos princípios da eficiência e da celeridade, atendendo ao interesse público envolvido.

**7. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO**

- 7.1 Justifica-se tendo em vista a necessidade da Pavimentação à Paralelepípedo e da Urbanização do Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE, proporcionar melhor qualidade de vida, com relação à mobilidade urbana, para os munícipes que vivem nessas localidades, bem como melhorar a saúde, tendo em vista que com essas pavimentações esses beneficiados saíram da poeira, nos períodos quentes e da lama no períodos chuvosos.

**8. DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO**

- 8.1 Segue em anexo ao projeto básico o projeto executivo que apresenta o Memorial Descritivo da Pavimentação à Paralelepípedo e Urbanização do Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE.

**9. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

- 9.1 A CONTRATADA deverá manter o local, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, telas, etc., com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa.
- 9.2 Os serviços poderão ser executados fora do horário de expediente e em finais de semana, para garantir o prazo de entrega dos mesmos, sem qualquer tipo de ônus para o Município de Umbaúba.
- 9.3 Manter o Diário de Registro de Obra devidamente atualizado e encaminhá-lo à fiscalização conforme periodicidade determinada pela Contratante ou juntamente com a planilha de medição.
- 9.4 Usar material normatizado e de boa qualidade para a realização dos serviços.
- 9.5 Serão de inteira responsabilidade da contratada as despesas com pessoal, impostos, alimentação, transporte e material.
- 9.6 Os serviços deverão seguir na íntegra os memoriais descritivos e projetos que fazem parte do projeto executivo.
- 9.7 Verificar com a Fiscalização, local para "bota-fora" do material escavado ou outro material, de grande volume, que for necessário estocar.
- 9.8 A CONTRATADA deverá manter os seus funcionários equipados com os devidos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's e Equipamento de Proteção Coletiva - EPC's durante todo o período de trabalho, principalmente uniformizados e identificados.



- 9.9 A CONTRATADA deverá providenciar banheiro, almoxarifado, refeitório ou o que se fizer necessário para a realização dos serviços.
- 9.10 Os locais onde serão realizados os serviços deverão ser entregues limpos, sem material excedente e bem sinalizado, pronto para o uso público.
- 9.11 Recolher Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao CREA/SE, referente a todos os serviços de engenharia.
- 9.12 Os serviços não poderão prejudicar o fluxo de pedestres e veículos, exceto quando da impossibilidade de realizá-los sem tal prejuízo.
- 9.13 Evidentemente, tais serviços não poderão ser executados em dias chuvosos.

## 10. DO LOCAL DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 10.1 O local da execução do serviço será na Rua João Paulo II, Umbaúba/SE.

## 11. DO PRAZO PARA INÍCIO E ENTREGA DOS SERVIÇOS

- 11.1 O prazo para início da execução da obra deve ser após a Ordem de Serviço, que será emitida pelo Departamento de Engenharia juntamente com o prefeito municipal em exercício.
- 11.2 Para emissão da ORDEM DE INÍCIO serão exigidos os seguintes documentos mínimos: Caução da Obra na forma prevista na lei nº 14.133/21; - ART/RRT Execução de Obra.
- 11.3 O prazo estipulado para execução e conclusão da obra será de 150 (Cento e cinquenta) dias corridos, conforme Cronograma Físico-Financeiro. Sendo que o prazo de 150 (Cento e cinquenta) dias estipulado no Cronograma Físico-Financeiro começa a contar a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado a critério do Município, em conformidade com art. 92 da Lei n. 14.133/21.

## 12. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO E DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

- 12.1 A Contratada deverá comunicar ao Fiscal do Contrato, para o recebimento provisório dos serviços contratados, ficando o recebimento definitivo a cargo do Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Umbaúba.
- 12.2 O recebimento provisório da obra deverá ser feito pelo responsável por seus acompanhamento e fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado conforme elencado artigo 140 da Lei 14.133/21.
- 12.3 O recebimento definitivo deverá ser feito mediante Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, em até 90 (noventa) dias, observado o disposto no art. 140 da Lei 14.133/21.
- 12.4 O recebimento definitivo ocorrerá após o sanar eventuais pendências relacionadas no recebimento provisório.

## 13. DA CONDIÇÃO DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

- 13.1 O recebimento da obra, após sua execução e conclusão, obedecerá ao disposto nos Artigos 140 da Lei nº 14.133/21.
- 13.2 A obra deverá ser entregue livre de entulhos, depósito de materiais utilizados na obra, pedras ou mantações lateríticos ou qualquer forma de material estranho resultantes da execução da base e sub-base.



- 13.3 A área a que se destinou o depósito, abrigo provisório e o pátio para equipamento devem ser entregues limpo, nivelado e sem a presença de qualquer tipo de material estranho.
- 13.4 Os canteiros das ruas devem ser aterrados e nivelados na altura da cota de topo do meio fio.
- 13.5 Os passeios públicos devem ser limpos, aterrados, se necessário ser retirado o excesso de material, nivelado a partir da cota de topo do meio fio até o alinhamento predial.
- 13.6 A obra será recebida pela contratante que por sua vez verificará: o comprimento de tubulação, o diâmetro da tubulação, quantidade e a qualidade dos poços de visita, quantidade e qualidade das bocas de lobo.
- 13.7 A obra deverá ser recebida pelo Departamento de Engenharia que é órgão fiscalizador, podendo, portanto, o mesmo solicitar exigências que porventura não foram cumpridas no projeto ou no memorial.
- 13.8 O objeto desta licitação será recebido:
- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.
  - b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, em até 90 (noventa) dias, observado o disposto no art. 89 da lei n.º 14.133/21.
- 13.9 Não será aceita entrega parcial do serviço, nem serviço em desconformidade com o caderno de especificações, sob pena de rejeição do serviço.
- 13.10 O Fiscal acompanhará a execução e emitirá relatório onde constatará a conclusão ou não do serviço para emissão da nota fiscal no valor corresponde ao cronograma aprovado.

#### 14. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 14.1 O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da data da sua Assinatura.
- 14.2 O prazo contratual estabelecido poderá ser prorrogado dentro da sua vigência, em conformidade com o disposto no Artigo 91 da Lei nº 14.133/21.

#### 15. DO PRAZO DE GARANTIA

- 15.1 O empreiteiro que executar a **Obrada Pavimentação à Paralelepípedo e Urbanização do Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE**, ficará responsável pela solidez e segurança do trabalho por um período irredutível de 5 (cinco) anos, conforme elencado no artigo 618 do Código Civil.
- 15.2 A CONTRATANTE terá 180 (Cento e oitenta) dias após o aparecimento dos vícios ou defeitos para propor ação contra o empreiteiro, sob pena de decair o seu direito de propor a referida ação, conforme elencado no artigo 618, parágrafo único do Código Civil.

#### 16. DA INDICAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO ADEQUADO

- 16.1 A CONTRATADA deve comprovar que possui em seu quadro permanente, na data da licitação, a constante da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA, engenheiro (s) detentor (es) de atestado (s) e/ou certidão (ões) de responsabilidade técnica por execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação.



## 17. DA CAPACIDADE/RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 17.1 Poderão ser credenciados todos os estabelecimentos que atendam às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Turismo e que atendam todas as exigências legais, descritas no edital de licitação.
- 17.2 Os proponentes concorrentes devem apresentar documentos que comprovem que a empresa está apta para o seu funcionamento regular, conforme estabelecido em edital.
- 17.3 Da responsabilidade técnica da contratada;
- 17.4 Deverá apresentar certidão de inscrição da empresa e do (s) responsável (is) técnico (s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da região da sede da empresa.
- 17.5 Comprovação de a Licitante possuir em seu quadro permanente, na data da licitação e constante da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA, engenheiro (s) detentor (es) de atestado (s) e/ou certidão (ões) de responsabilidade técnica por execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação.

## 18. DOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

- 18.1 Sugere-se para gestão do contrato, o servidor público Marcelo Oliveira Lima, Matrícula nº 4163, RG: 137.486-1 SSP/SE CPF: 009.316.965-50.
- 18.2 Ficará designado para comissão de fiscalização o **Engenheiro Civil, José Garcez de Oliveira Júnior, CREA 270445752-2**, engenheiro da Prefeitura Municipal de Umbaúba, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos.

## 19. DO VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO

- 19.1 Valor Estimado para a Execução da Obra é de R\$ 788.859,11 (setecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e onze centavos).
- 19.2 O valor estimado para a execução da referida obra foi obtido através da Tabela SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil e ORSE, conforme planilha anexa.

## 20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 20.1 As despesas decorrentes da contratação objetivada através do presente Projeto Básico correrão por conta da dotação orçamentária consignada no Orçamento vigente para o corrente exercício, conforme a seguir especificada:

**UO 17026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS - SOTUR**

**Ação: 1034 - Urbanização e/ou arborização de vias e logradouros**

**449051.0000 - Obras e instalações**

**Fonte de Recurso: 1710.000 (Recursos de Transferência Especial dos Estados)**

**Valor: R\$ 247.933,63 (duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos).**

**Ação: 1048 - Abertura e/ou pavimentação de vias**

**449051.0000 - Obras e instalações**

**Fonte de Recurso: 1710.000 (Recursos de Transferência Especial dos Estados)**

**Valor: R\$ 520.925,48 (quinhentos e vinte mil, novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos).**



**21. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 21.1 Os pagamentos serão efetuados conforme o cronograma Físico-Financeiro de acordo com o Relatório de Medição, em até 30 (trinta) dias a contar da data da entrega das referidas Notas Fiscais de Serviço na Contabilidade, desde que aprovadas pela Fiscalização. A Prefeitura Municipal se compromete a pagar somente os serviços por ela autorizados.
- 21.2 O pagamento das medições será efetuado conforme medições mensais, com base no cumprimento de no mínimo 80% das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, apresentado pela CONTRATADA, acompanhada da Nota Fiscal emitida em nome do Município de Umbaúba, devidamente atestada pela Fiscalização do contratante.
- 21.3 O pagamento da última fatura ficará condicionado à emissão, pelo Município de Umbaúba, do Termo de Recebimento Definitivo.
- 21.4 Apresentada a fatura, caberá ao fiscal do contrato atestar a regular realização dos serviços, encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, acompanhada do boletim de medição aprovado pela fiscalização.
- 21.5 A empresa vencedora deverá a cada pagamento comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.
- 21.6 A medição dos serviços será composta dos seguintes documentos: Folha de identificação com os dados do contrato; Ficha de medição; Memória de cálculo; Folha de medição; Ficha de medições acumuladas; Ficha para medição do canteiro; Ficha para medição da mobilização (equipamentos); Ficha dos índices pluviométricos (pluviometria); Registro fotográfico dos serviços executados; Diário de obras atualizado; Resultados dos ensaios de controle tecnológico, devidamente assinados e registrados no CREA/SE, acompanhados da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
- 21.7 As medições dos serviços executados serão efetivadas mensalmente, tomando-se como final do período o último dia de cada mês. Todavia a primeira medição poderá ser realizada após a expedição da Ordem de Início dos Serviços, no final do mês em curso, e a última medição, após a conclusão da obra, independente do período mensal. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.
- 21.8 Entre duas medições não poderá decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto quando se tratar da primeira e da última medição (Medição Final).
- 21.9 As medições devem ser acompanhadas de cronograma físico-financeiro, devidamente atualizado, deverão ser encaminhadas para o Fiscal designado para acompanhamento da Obra.
- 21.10 As medições somente serão analisadas quando atingirem no mínimo 80% do valor proposto no cronograma da empresa, devendo apresentar carimbo e assinatura do responsável técnico da empresa.
- 21.11 As medições de Administração Local de Obra serão feitas conforme o disposto no Acórdão TCU 2.622/2013: "Plenário recomendou estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e nos arts. 6 e 45, da Lei n. 14.133/21".
- 21.12 Apresentada a fatura, caberá ao fiscal do contrato atestar a regular realização dos serviços, encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, acompanhada do boletim de medição aprovado pela FISCALIZAÇÃO.
- 21.13 Não será permitida solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, por parte da Contratada, dentro de um período mínimo de 12 meses posteriormente a data do certame. Sendo que estas solicitações devem ser feitas conforme metodologia adotada pelo município e apresentada através de Ofício referente: "Apresentação da metodologia de cálculo a ser adotada para reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de obra".



21.14 Não serão validados pedidos de reajustamento de preços fora do prazo de execução firmado em contrato, caso haja aditivo de prazo, dentro deste só será aceito pedido de reajustamento se o motivo do atraso for de responsabilidade também da Contratante.

## 22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 22.1 A CONTRATADA deve executar os serviços em conformidade aos requisitos previstos no edital.
- 22.2 Deverá a CONTRATADA cumprir o prazo previsto para entrega da obra, estimado em **150 (cento e cinquenta) dias**, conforme Cronograma Físico-Financeiro.
- 22.3 Executar a obra conforme projetos, planilhas e memoriais.
- 22.4 Realizar, quando necessário, levantamentos e estudos complementares pertinentes, execução dos serviços, sem constituir custos adicionais, ou mesmo a prorrogação de seu prazo de vigência.
- 22.5 Obter, por sua conta, todas as licenças, franquias e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 22.6 Fornecer ART (anotação de responsabilidade técnica) devidamente registrada por profissional competente para execução da mesma.
- 22.7 Corrigir, durante a execução dos serviços, todos os defeitos apontados pela fiscalização, assim como refazer aqueles tidos como impróprios ou mal executados, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação específica para fazê-lo.
- 22.8 Elaborar cronograma físico-financeiro com precisão e de forma mais detalhada, junto a um plano de ataque, de forma que não poderão estar detalhadas apenas as etapas conforme cronograma da Administração, mas sim as frentes de serviço junto a dimensionamento das equipes, tendo como limite máximo o prazo pré-estipulado pelo departamento de engenharia. Junto com a Ordem de Início dos Serviços será realizada uma reunião com a fiscalização e jurídico da prefeitura, para apresentação do cronograma e plano de ataque da Contratada e posterior aprovação pela fiscalização. Lembrando que todas as medições deverão obrigatoriamente ser acompanhadas do cronograma físico-financeiro atualizado pela empresa, e neste cronograma deve constar duas situações, a etapa prevista no cronograma aprovado pela fiscalização e a executada efetivamente.
- 22.9 Todas as medições seguirão o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA.
- 22.10 Caso a CONTRATADA não cumpra com cronograma proposto, a mesma deverá apresentar uma justificativa expondo os motivos pelo qual não cumpriu com o cronograma, e apresentar novo cronograma para que possa ser analisado. A justificativa e o novo cronograma devem ser feitos via ofício direcionado ao departamento de engenharia e protocolado.
- 22.11 A solicitação de vistoria e posteriormente liberação das medições deverá ser feita através de ofício, e o mesmo deverá ser encaminhado ao departamento de engenharia com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
- 22.12 As medições somente serão analisadas quando atingirem no mínimo 80% do valor proposto no cronograma da CONTRATADA, devendo apresentar correta identificação e assinatura do responsável técnico da empresa.
- 22.13 Será permitida apenas 01 (uma) medição por mês.
- 22.14 A CONTRATADA deve se submeter à fiscalização da CONTRATANTE, sendo o departamento de engenharia responsável para fazer as vistorias e correções caso seja necessário.
- 22.15 A CONTRATADA deve ser responsável pela qualidade dos serviços, bem como pela qualidade dos produtos usados na execução do serviço, no que diz respeito à observância de normas vigentes.
- 22.16 As vistorias realizadas pela fiscalização do departamento de engenharia deverão ser obrigatoriamente acompanhadas pelo responsável técnico da CONTRATADA.
- 22.17 A CONTRATADA deve assumir a responsabilidade técnica pela dos serviços executados.
- 22.18 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.



- 22.19 Apresentar, durante a vigência do contrato, ritmo de trabalho compatível com a conclusão no prazo previsto para entrega dos serviços.
- 22.20 Submeter-se às normas de segurança do trabalho em vigor, sendo responsável por quaisquer acidentes de trabalho, referente ao seu pessoal, decorrente em função de serviços contratado e/ou por ela causada a terceiros.
- 22.21 Todos os equipamentos, veículos, computadores, softwares, insumos necessários para a execução dos trabalhos inclusive fotocópias, impressões encadernações, refeições e mobilização de equipes serão, às expensas, custeados pela contratada.
- 22.22 A empresa CONTRATADA deverá proceder previamente ao estudo e análise antes de sua execução, para que não haja nenhuma dúvida ou falta de informação que possa prejudicar o andamento dos serviços.
- 22.23 Caberá à CONTRATADA todo o seguro dos materiais e equipamentos sob sua responsabilidade, e também seguro de acidente de trabalho para todos os que trabalham sob sua supervisão.

### 23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 23.1 A CONTRATANTE deve observar para que seja mantida, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.
- 23.2 Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 23.3 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, e efetuar os pagamentos nas condições e preço pactuados.
- 23.4 Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais.
- 23.5 A CONTRATANTE deverá emitir ordem de serviço para a CONTRATADA.
- 23.6 Acompanhar a execução do serviço na figura do técnico-fiscal e auxiliares.
- 23.7 Prestar todas as informações necessárias à CONTRATADA para realização do serviço.
- 23.8 Recaber ou rejeitar o serviço após verificar a execução e qualidade do mesmo.
- 23.9 Atestar a Nota Fiscal e envio da mesma ao setor competente para o pagamento.
- 23.10 Fornecer a CONTRATADA todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato.
- 23.11 Realizar a Fiscalização dos serviços por meio da equipe técnica de engenheiros, lotados na Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos e pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Umbaúba – SE.
- 23.12 Indicar e garantir a participação de representantes da Prefeitura Municipal de Umbaúba nas reuniões com a CONTRATADA.
- 23.13 Comunicar por escrito e tempestivamente a CONTRATADA qualquer alteração ou irregularidade apontadas pelo Departamento de Engenharia na execução deste Contrato.
- 23.14 Comunicar a CONTRATADA a necessidade de substituição de qualquer profissional indesejado.
- 23.15 Efetuar o pagamento das faturas apresentadas, desde que atendidas às condições estabelecidas e às condições previstas em cláusula contratual.
- 23.16 Designar por portaria, o fiscal da obra e do contrato, para a realização do seu acompanhamento e fiscalização.
- 23.17 O fiscal designado, na realização do acompanhamento e fiscalização da obra deverá aferir os resultados da contratação observando se a execução dos serviços está em conformidade com as exigências do Projeto Básico, Projeto Executivo, Proposta de Preços da empresa vencedora e demais anexos e informações do processo que lhe deu origem.
- 23.18 O fiscal designado deverá fazer avaliação dos materiais utilizados na execução dos serviços e sua conformidade com as especificações da Planilha Orçamentária e Proposta Comercial.
- 23.19 O fiscal responsável deve fazer a medição "in loco" dos serviços finalizados e entregues.



39  
CAN

23.20 A CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada nos serviços executados.

23.21 A CONTRATANTE deve rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas.

## 24. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

24.1 O Fiscal de Obra designado pela Secretaria de Cidade deverá fazer a fiscalização da obra da Pavimentação à Paralelepípedo e Urbanização do Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE, e ainda será responsável pelo controle dos serviços executados.

24.2 Ficará designado para comissão de fiscalização o Engenheiro Civil, José Garcez de Oliveira Júnior, CREA 270445752-2, engenheiro da Prefeitura Municipal de Umbaúba, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos.

24.3 As medições referentes à obra executada deverão conter obrigatoriamente a assinatura do engenheiro ou engenheiros responsáveis pela fiscalização da execução da obra.

## 25. DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1 Fica vedada a subcontratação no todo dos serviços contratados, devendo utilizar na obra seus próprios funcionários devidamente registrados em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

25.2 Poderão ser subcontratados alguns serviços desde que sejam submetidos à prévia autorização da Fiscalização da Prefeitura Municipal de Umbaúba, homologados pelo Departamento de Engenharia.

## 26. DA IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇO A EXECUTAR E DOS MATERIAIS A INCORPORAR A OBRA

26.1 Conforme Memorial Descritivo, projetos executivos e planilha orçamentária, todos em anexo.

## 27. DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

27.1 Segue em anexo ao Projeto Básico a planilha de composição de custos.

## 28. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO:

28.1 **HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Conforme disposto no Art. 66 da Lei nº 14.133/21.

28.2 **REGULARIDADE FISCAL:** Conforme disposto no Art. 62 da Lei nº 14.133/21.

28.3 **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:** Conforme disposto no Art. 15 e 18 da Lei nº 14.133/21.

28.4 **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PESSOA JURÍDICA:** Conforme disposto no Art. 67 da Lei nº 14.133/21.

Umbaúba-SE, 08 de agosto de 2024.

**JOSÉ GARCEZ DE OLIVEIRA JÚNIOR**  
Engenheiro Civil  
CREA-SE: RNP: 270445752-2

**MIRELLE ROSA OLIVEIRA FERREIRA**  
Secretaria Municipal de Planejamento e  
Orçamento Participativo  
CPF: 032.687.475-58





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBÁÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

**1. INFORMAÇÕES**

Os interessados poderão obter quaisquer informações através da Comissão de Contratação, de **Segunda à Sexta-feira**, das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas), no endereço supra-indicado, ou pelo telefone: **(0xx79) 3546-2179**, ou ainda pelo e-mail **licitacao@umbauba.se.go.br**.

1.2. Esta Concorrência está estimada no valor global de **R\$ 768.859,11 (setecentos e sessenta e oito mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e onze centavos)**, conforme segue abaixo:

Item	Descrição	Valor Total Estimado para o Item	Prazo Contratual	Prazo de Execução em Dias
01	Pavimentação a paralelepípedo e urbanização do canteiro central da Rua João Paulo II, no Município de Umbaúba/SE	768.859,11	180	150

**2. HABILITAÇÃO - (Art. 62 a 70 da Lei 14.133/21)**

2.1. Para fins de habilitação a esta Concorrência, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

**2.1.1. Prova de Cadastramento (Art. 66 da Lei 14.133/21)**

Certificado de Registro Cadastral, emitido por qualquer Órgão ou Entidade Pública da Administração Federal, Estadual ou Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual – (caso da obra: restauração, construção, etc.), válido à data prevista para entrega da proposta, como forma indispensável de participação nesta licitação.

**2.2. Habilitação Jurídica (Art. 66 da lei 14.133/21)**

**2.2.1. Registro Comercial**, no caso de empresa individual;

**2.2.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**2.2.3. Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

**2.2.4. Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**2.3. Qualificação Técnica (Art. 67 da Lei 14.133/21)**

**2.3.1. Registro ou inscrição** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU do domicílio ou sede da licitante.

**2.3.2. Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, **da forma que segue:**

**2.3.2.1.** A comprovação de aptidão supramencionada será feita por **atestados ou certidões** de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional e equivalente ou superior, em nome da licitante ou do Engenheiro Civil Responsável, pela execução da referida obra, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**2.3.2.2.** A **capacitação técnico-profissional** susoaludida será feita mediante comprovação de a licitante possuir em seu quadro de pessoal, na data prevista para entrega da proposta, profissional de





FOLHAS... 295  
JAN

**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS**

nível superior, devidamente registrado no CREA ou CAU do domicílio ou sede da licitante, com apresentação de registro válido à data prevista para entrega da proposta (Certidão de Registro e Quitação – CREA ou CAU), e declarado na forma do Anexo XIII, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, atestado(s) esse(s) devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, o(s) qual(is) deverá(ão), também, ser apresentado(s).

**2.3.2.3** O(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) apresentado(s) em atendimento ao item **2.3.2.1**, deverá(ão) participar, necessariamente, como responsável(is) técnico(s) pela execução da obra, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração

**2.3.2.4.** A **indicação das instalações e do aparelhamento** será feita mediante a apresentação da relação explícita e da declaração formal de sua disponibilidade, na data prevista para entrega da proposta.

**2.3.3. Comprovação** de que recebeu os documentos, e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, na forma do Anexo III.

**2.4. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 69 da Lei 14.133/21)**

**2.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis** dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis, e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada à apresentação de balancetes ou balanço provisórios, e, se encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, poderá ser atualizado seus valores por índices oficiais. A comprovação da boa situação financeira será verificada através do cálculo do(s) seguinte(s) índice(s) contábil(eis): **índice de liquidez geral igual ou maior do que 1 (um)** (art. 69, I, §5º da Lei nº. 14.133/21).

**2.4.1.1.** Estes índices deverão ser calculados e demonstrados, em documento, pelos licitantes de acordo as técnicas correntes de contabilidade, segundo a fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1$$

**2.4.1.2.** As empresas com menos de dois exercícios financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de: **balanço de abertura** para aquelas abertas no exercício financeiro da abertura da sessão, conforme o caso. (Art. 65, § 1º da Lei 14.133/21)

**2.4.1.2.1** Para atendimento ao item **2.4.1** as empresas abertas no exercício financeiro anterior a abertura da sessão, deverão apresentar o balanço patrimonial e demais demonstrações e índices, desde que a abertura da sessão ocorra após a exigência legal de apresentação dos mesmos, na forma da lei.

**2.4.1.2.2** O prazo legal de apresentação do balanço é definido no **Art. 1078 da Lei 10406/2002**.

**2.4.1.3.** Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

**2.4.1.3.1.** Publicados em diário oficial ou jornal de grande circulação;

**2.4.1.3.2.** Autenticados ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**2.4.1.3.3.** Por cópia do livro diário, inclusive dos termos de abertura e de encerramento, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**2.4.2.** Certidão(ões) Negativa(s) de **Falência e Concordata**, expedida(s) pelo(s) distribuidor(es) da sede da pessoa jurídica

**2.4.3. Garantia de participação**, correspondente a 01% (um por cento) do Preço Máximo, fixado no Anexo I deste Edital, com depósito à ordem do **MUNICÍPIO DE UMBAÚBA - CONCORRÊNCIA nº. \*\*\*\*/2024**, na **Conta Corrente 71015-9 AG 4874 Tipo 006 Caixa Econômica Federal**, no seguinte valor: **R\$ 7.688,59 (sete mil e seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos)** sendo entregue o





PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBÁUBA  
296  
100

**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBÁUBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS**

comprovante na forma como se deu a prestação dessa garantia no ato da sessão pública, ficando vedado e sem efeito, após essa data, o recebimento da referida garantia.

**2.4.3.1. São modalidades de garantia:**

**2.4.3.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública,** devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**2.4.3.1.2. Seguro garantia;**

**2.4.3.1.3. Fiança bancária.**

**2.4.3.2.** A garantia deverá ser prestada com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data prevista para entrega da proposta e, na hipótese da ocorrência de recursos administrativos e/ou judiciais, obrigatoriamente, a empresa licitante deverá providenciar a revalidação do prazo da garantia de participação prestada, sob pena de decair ao direito de participar das fases subsequentes desta licitação.

**2.4.3.3.** A garantia de participação de que trata o item anterior será liberada em até 05 (cinco) dias úteis, depois de encerrada a fase de habilitação, para as licitantes inabilitadas, ou nesse mesmo prazo, depois de realizada a adjudicação desta licitação, para as licitantes classificadas na proposta comercial, exceto quanto à garantia da adjudicatária desta licitação, a qual somente poderá ser liberada, no mesmo prazo, após a data de assinatura do termo de contrato.

**2.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista (Art. 68 da Lei 14.133/21)**

**2.5.1.** Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes/Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso;

**2.5.2.** Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**2.5.3.** Prova de regularidade para com as Fazendas:

**2.5.3.1. Federal,** mediante a apresentação da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União abrangendo as Contribuições Sociais abrangendo os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991** conforme Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1.751, de 02/10/2014;

**2.5.3.2. Estadual,** mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda Estadual do respectivo do domicílio ou sede do licitante;

**2.5.3.3. Municipal,** mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda Municipal do respectivo do domicílio ou sede do licitante;

**2.5.4.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do **FGTS – CRF**.

**2.5.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**.

**2.5.6.** A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida, no caso de virem a ser a(s) adjudicatária(s) deste certame, para efeito de assinatura do Contrato, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº. 123/2006;

**2.5.6.1.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão, no entanto, apresentar os documentos elencados nos subitens 8.5.1 a 8.5.5 deste Edital, mesmo que contenham alguma restrição, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº. 123/2006;

**2.5.6.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, exigida neste Edital, será(ão) assegurado(s), à(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte adjudicatária(s) deste certame, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais





297  
10/2

**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS**

certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o §1º do art. 43 da Lei Complementar nº. 123/2006 e Lei 155/2016;

**2.5.6.3.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.5.6.2, implicará decadência do direito à(s) contratação(ões), sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar(em) a(s) contratação(ões), ou revogar a licitação, consoante estabelecido no art. 43, §2º da Lei Complementar nº. 123/2006.

**2.6. Cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (art. 68, VI, Lei nº.14.133/21):**

**2.6.1.** Declaração que não possui empregados menores de 18 (dezoito) anos, na forma do **Anexo X**.

**2.7.** As certidões serão consideradas válidas até **90 (noventa) dias da data de sua emissão, salvo se consignarem em seu próprio texto prazo de validade diferente.**

**2.8** Em cumprimento ao Disposto no Aviso da CCI 3, jurisdição a qual está vinculada este Ente Municipal, bem como o Parecer do Procurador de Contas, ambos do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e, ainda, orientação do Ministério Público Federal - Sergipe, as Empresas Licitantes, deverão apresentar no Ato da Habilitação, referente(s) a(s) empresa(s) a(s) qual(is) estas irão adquirir o **PARALELEPÍPEDO, BRITA e AREIA**, a seguinte documentação abaixo, conforme Art. 30, Caput, IV da Lei 8666/93;

**2.8.1** Licença ambiental da jazida de origem

**2.8.2** Autorização de registro de licença ou licenciamento de Competência da Agência Nacional de Mineração.

**2.9** A Licitante, que no ato da Habilitação não apresentar os documentos acima elencados nos itens 2.8.1 e 2.8.2, ficará **INABILITADA**.

**2.10** As licenças de que trata o(s) item(ns) 2.8.1 e 2.8.2 deverão estar em nome da(s) empresa(s) que explora(m) o(s) referido(s) minério(s), sendo estes emitidos pelo(s) órgão(s) da sede desta.

**2.10.1** Quando houver o uso dos materiais **PARALELEPÍPEDO, BRITA e AREIA**, deverão ser apresentadas ambas as licenças, sob pena de incorrer no item 2.9

**2.10.2** A licitante deverá apresentar termo de autorização para utilização do documento emitido pela empresa portadora da licença em nome da participante.

**2.11** Conforme Ofício Circular nº 10/2023/GP – Tribunal de Contas do Estado de Sergipe que diz o seguinte:

**2.11.1** No caso de contratação direta, exigindo-se do(s) fornecedores, anexando aos respectivos boletins de medições

**2.11.1.1** Nomes dos fornecedores de paralelepípedos, pessoa jurídica (com CNPJ) ou pessoa física (com CPF); localização e endereço

**2.11.1.2** Registro da jazida no DNPM;

**2.11.1.3** Licença ambiental de exploração

**2.11.2** A exigência está respaldada no termo de alerta 01/2023 – DCEOS, com fulcro na Lei Complementar 101/2000, Art 59, §1º, I – LRF, tem origem em Representação do Ministério Público de Contas – Protocolo 003681/2019.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS**

2.12 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Presidente da Comissão de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

2.12.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "a", "b" e "c" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

2.12.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante ou também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

2.12.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

2.11.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

2.11.5 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

### **3. PROPOSTAS (Art. 59 da Lei 14.133/21)**

3.1. A proposta deverá ser apresentada em língua portuguesa, em 01 (uma) via, em papel timbrado da licitante, sem rasuras, emendas, omissões ou entrelinhas, devidamente assinada e rubricada em todas as folhas pelo representante legal ou procurador do licitante. Deverá ser cotada em moeda corrente e, obrigatoriamente, conter:

3.1.1. Carta-Proposta Comercial, contendo a razão social, endereço e CNPJ da licitante, indicando expressamente o valor global proposto, prazo de execução não superior ao especificado e o prazo de validade não inferior, ao especificado no ato convocatório, ambos deste Edital, conforme modelo de Carta-Proposta Comercial - **Anexo II** deste Edital;

3.1.2. Planilha de Preços da Licitante, de conformidade com o **Anexo IV** deste Edital, preenchendo-se os campos destinados aos preços unitários propostos, para todos os itens de serviços relacionados e calculando os respectivos preços parciais e totais.

3.1.2.1. Em face do regime de execução das obras e serviços objeto desta licitação serem Empreitada por **Preço Global**, na planilha de valor orçado pela licitante quanto aos seus quantitativos deve ser seguida a estrutura de itenização constante da Planilha do Valor Orçado pela Prefeitura - **Anexo V**;

3.1.2.2. Deverá, ainda, ser apresentada, juntamente com a planilha de preços da licitante, a planilha que expresse a composição de todos os seus custos unitários, na forma do art. 7, §2º, II da Lei nº 8.666/93 e Súmula 258/2010 do TCU.





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

- 3.1.2.3.** Nas composições de preços, serão utilizados os valores referenciais constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – **SINAPI**, na forma do Decreto Federal nº 7.983/2013.
- 3.1.3.** Planilhas Analíticas das Composições dos Encargos Sociais da mão-de-obra direta e indireta, de acordo com o **Anexo VIII**;
- 3.1.3.1.** Os percentuais constantes da Planilha dos Encargos Sociais deverão observar para o seu preenchimento os percentuais fixados na Legislação em vigor.
- 3.1.4.** Cronograma Físico-Financeiro contendo as etapas de execução e respectivos valores de desembolso, discriminando separadamente as obras e os serviços de acordo com os itens constantes da Planilha de Preços da Prefeitura e compatível com o Cronograma de Desembolso Máximo – **Anexo VI** a este Edital.
- 3.1.5.** Planilha Analítica da Composição do BDI, que deverá ser apresentada conforme modelo existente no sistema de orçamentação – **SINAPI** – **Anexo VII**, e em conformidade com os índices estabelecidos no Acórdão 2622/2013 - TCU.
- 3.1.5.1.** Os tributos IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), não devem integrar o cálculo do BDI, tampouco a planilha de custo direto, conforme Súmula 254/2010 do TCU, e os itens Administração Local, Instalação de Canteiro e Acampamento e Mobilização e desmobilização, não devem integrar o cálculo do BDI, conforme Acórdão TCU nº 325/2007. Na elaboração da Planilha de Composição do BDI a licitante deverá excluir as taxas referentes à Administração Local da Obra, Canteiro de Obra, Mobilização/Desmobilização, devendo seguir, ainda, as orientações relativas à faixa referencial aprovada no Acórdão 2622/2013 - TCU.
- 3.1.5.2.** As empresas optantes pelo regime de tributação do simples nacional e, que fizerem sua composição do BDI, com base na alíquota deste, deverá apresentar extrato do simples, para comprovação do mesmo, sob pena de **INVALIDAÇÃO DA PROPOSTA**.
- 3.1.5.2.1.** O extrato de que trata o Item 3.1.5.2 deverá ser dos últimos 12 meses.
- 3.1.6.** Declaração de Responsabilidade e de Liberação Ambiental, na forma do **Anexo XI**.
- 3.1.7.** Declaração de Disponibilidade para a Execução do Objeto do Contrato, na forma do **Anexo XII**.
- 3.2.** O **prazo de validade das propostas** será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias consecutivos**, contados da data fixada para o recebimento das mesmas, em conformidade com a Lei 14.133/21.
- 3.3.** Os preços unitários propostos para cada item constante da Planilha de Quantitativos e Qualitativos da Licitante, deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, tais como: materiais, equipamentos, mão de obra, encargos sociais, impostos/taxas, despesas administrativas, transportes, seguros, lucro, etc.
- 3.4.** É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação de custos.
- 3.5.** A proposta não poderá apresentar mais de uma cotação para a mesma obra.
- 3.6.** Os preços constados nas propostas são definitivos, não sendo aceita qualquer comunicação posterior, por qualquer meio, informando erro ou omissão, por parte do licitante ou de seus prepostos.
- 3.7.** Havendo divergência entre os preços unitário e total, prevalecerá o primeiro, e o total será corrigido, de forma a conferir com aquele, considerando-se para a proposta o valor submetido a cálculo de correção a ser efetuado pelos membros da Comissão. Havendo, também, divergência entre os preços em algarismos e por extenso, prevalecerá este último, após as devidas correções, de forma a ser compatível com o valor correto.
- 3.8.** Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, em conformidade com o art. 64, §2º da Lei nº. 14.133/21.
- 3.9** Será dada **PREFERÊNCIA NA CONTRATAÇÃO** e **DIREITO DE PREFERÊNCIA** as empresas enquadradas como ME ou EPP, conforme DM 2178 de 25 de setembro de 2023, o qual ficará anexo a este Ato Convocatório, podendo, também, ser consultado através do endereço eletrônico <https://www.umbauba.se.gov.br/Handler.ashx?f=diario&query=2132&c=984&m=0>
- 3.9.1** A preferência de contratação e direito de preferência de que trata o item 3.9, será dada de forma local e regional, conforme Arts. 16, 17 E 18 do DM 2178 de 25 de setembro de 2023.
- 3.10** Sendo declarada vencedora licitante ME ou EPP e, que conforme itens 3.9 e 3.9.1 baixou o valor da





PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
FOLHAS 300  
SERVIDOR 100

**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS**

proposta ofertada; a essa será dado um prazo razoável, para reformulação da mesma

**3.10.1** Dada a complexidade de cada caso, o prazo de que trata item **3.10**, não será inferior a 03 (três) dias úteis, conforme cada caso.

**3.10.2** O prazo de que trata o item **3.10.1**, poderá ser prorrogado a pedido da licitante vencedora, desde que devidamente justificada a necessidade para tal

**4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa de que trata essa licitação correrá pela dotação prevista para o exercício do ano de 2024, conforme segue abaixo.

UO 17026 – Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos – SOTUR – Ação: 1034 – Urbanização e/ou Arborização de Vias e Logradouros – 449051.0000 – Obras e Instalações – Fonte de Recurso: 1710.0000 (Recursos de Transferência Especial do Estado)

UO 17026 – Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos – SOTUR – Ação: 1048 – Abertura e/ou Pavimentação de Vias – 449051.0000 – Obras e Instalações – Fonte de Recurso: 1710.0000 (Recursos de Transferência Especial do Estado)

**5. ESCLARECIMENTOS**

**5.1** As exigências de que trata os itens 2.8 e 2.10, trata-se de orientações trazidos dos órgãos ali citados

**5.2** Somente serão exigidos documentos da empresa vencedora, para tanto será aberto prazo razoável, o qual a depender do caso específico, poderá ser prorrogado ou não por esta Comissão

**5.3** Toda documentação que não tenha sido juntada, não ensejará **INABILITAÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA**, pois poderá ser sanado a posteriore, desde que, àquela seja preexistente a data de abertura da sessão.





SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS  
FOLHA Nº 301  
DATA 14/05/2023  
ASSINATURA

ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO II

Especificações, Quantitativos e Preços Máximos

(Anexar, Plantas, Especificações de Materiais e demais itens)

Item	Descrição	Valor Total Estimado para o Item	Prazo de Execução em Dias
01	Pavimentação a paralelepípedo e urbanização de canteiro central da Rua João Paulo II, no Município de Umbaúba/SE	768.859,11	150





**Prefeitura Municipal de Umbaúba**

Praca Gil Soares, nº 272, Centro Umbaúba-SE CNPJ : 13.099.395/0001-73

## INFORMAÇÕES DO EMPREENDIMENTO

Cod. Emprendimento: 00343

Coor. Empreendimentos:  
Desc Empreendimentos:  
Pavimentação à Paralelepípedo e Canteiro Central  
Esg. José Garcez de O. Júnior - CREA 270445752-2  
Desf. Desco:

Operator Resp: or se

Referência: Março/2024-1

COD	NOME E ENDEREÇO DA OBRA	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	PREÇO/M²	(%)
01	Pavimentação à Paralelepípedo e Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE					
	Rua João Paulo II, Divino Pai Eterno Umbaúba-SE	1	768.859,11	768.859,11	184,01	100,00

Importa o presente empreendimento a quantia de :

Importa o presente empreendimento a qualia de

VALOR TOTAL DO EMPREENDIMENTO A A R R O R O

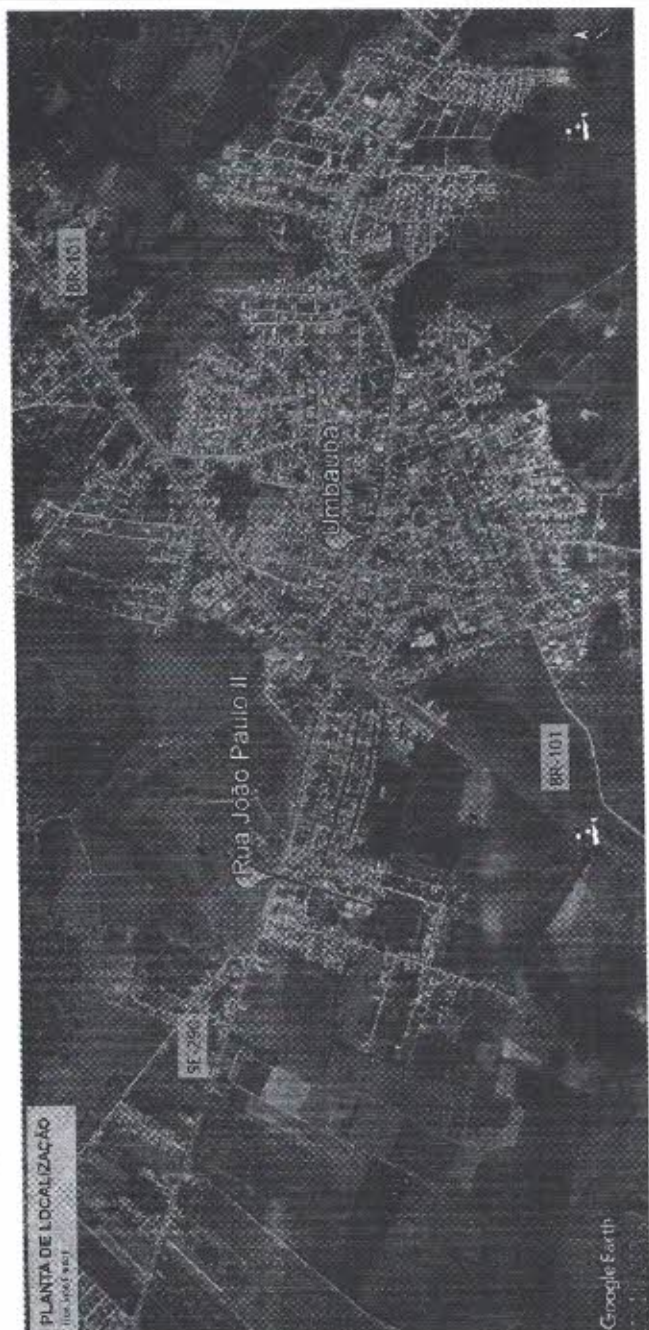
768.859.11

## OBSERVAÇÕES DO EMPREENDEDOR

Jose Glicerio da Silva Junior  
engenheiro civil  
CREA 270445752-2

302  
2017



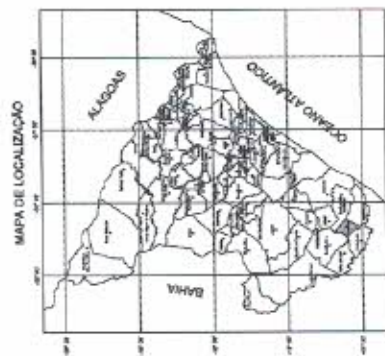


PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

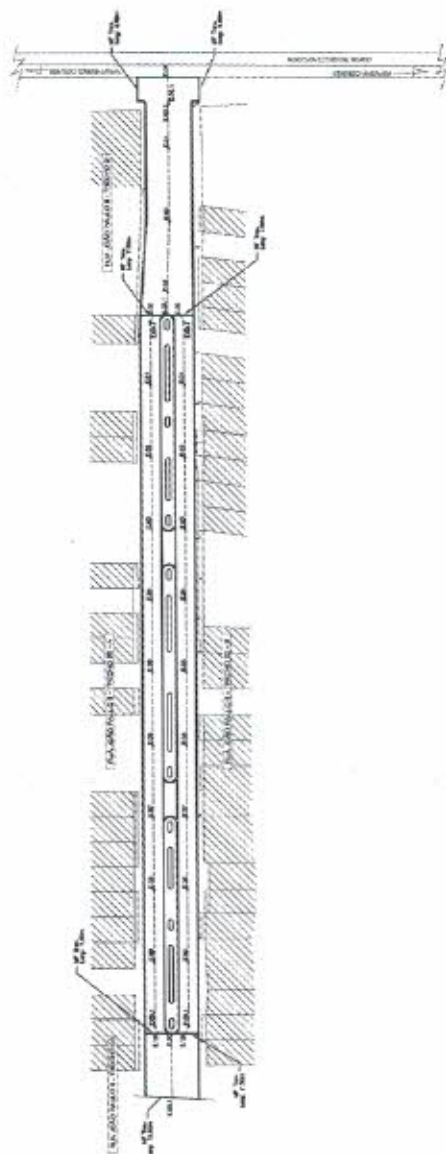
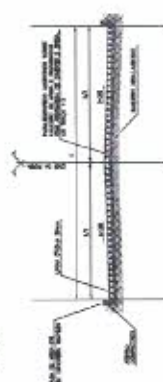
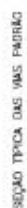
ESCALA \_\_\_\_\_ sem esc.

RUA JOÃO PAULO II		INÍCIO	FIM
PARAMENTAÇÃO			
RUA JOÃO PAULO II			
LATITUDE	11°27'50.64" S	117°27'44.31" W	117°27'50.64" W
LONGITUDE	27°42'11.31" S	27°42'11.31" S	27°42'11.31" S

PAVIMENTAÇÃO E CANTEIRO CENTRAL DA RUA JOÃO PAULO II	
PAVIMENTAÇÃO E CANTEIRO CENTRAL	ÁREA (m <sup>2</sup> )
RUA JOÃO PAULO II	
PAVIMENTAÇÃO	32.56,71 m <sup>2</sup>
CANTEIRO CENTRAL	629,66 m <sup>2</sup>
TOTAL	662,27 m <sup>2</sup>
TOTAL GERAL (m <sup>2</sup> )	4.176,37 m <sup>2</sup>

[illegible][illegible]



PAVIMENTAÇÃO - IMPLANTAÇÃO - RUA JOÃO PAULO II  
— : 530

PLAN ANUAL PALESTRA 3 - 33		
PONTA DE COMERCIAIS E LANCHES		
EMPRESA	COMERCIO [1-2]	LANCHES [3]
2000	1.000,00	1.000,00
2001	1.000,00	1.000,00

TABLE 1 COMPARISON OF THE COMPOSITIONS OF THE POLYMERIZATION OF 1,3-BISPHENOL A WITH 2,2,4,4-TETRAHYDROXY-3,3-DIMETHYLBUTANE		
Run	Concentration of 1,3-bisphenol A, mol/L	Concentration of 2,2,4,4-tetrahydroxy-3,3-dimethylbutane, mol/L
1	0.05	0.05
2	0.10	0.10
3	0.15	0.15
4	0.20	0.20
5	0.25	0.25
6	0.30	0.30
7	0.35	0.35
8	0.40	0.40
9	0.45	0.45
10	0.50	0.50
11	0.55	0.55
12	0.60	0.60
13	0.65	0.65
14	0.70	0.70
15	0.75	0.75
16	0.80	0.80
17	0.85	0.85
18	0.90	0.90
19	0.95	0.95
20	1.00	1.00

[illegible]

TABLA DE COMPARACIONES DE LABORES		
LABOR	EXPERIMENTOS (n)	LABORES (n)
1	10	10
2	10	10
3	10	10
4	10	10
5	10	10
6	10	10
7	10	10
8	10	10
9	10	10
10	10	10
11	10	10
12	10	10
13	10	10
14	10	10
15	10	10
16	10	10
17	10	10
18	10	10
19	10	10
20	10	10
21	10	10
22	10	10
23	10	10
24	10	10
25	10	10
26	10	10
27	10	10
28	10	10
29	10	10
30	10	10
31	10	10
32	10	10
33	10	10
34	10	10
35	10	10
36	10	10
37	10	10
38	10	10
39	10	10
40	10	10
41	10	10
42	10	10
43	10	10
44	10	10
45	10	10
46	10	10
47	10	10
48	10	10
49	10	10
50	10	10
51	10	10
52	10	10
53	10	10
54	10	10
55	10	10
56	10	10
57	10	10
58	10	10
59	10	10
60	10	10
61	10	10
62	10	10
63	10	10
64	10	10
65	10	10
66	10	10
67	10	10
68	10	10
69	10	10
70	10	10
71	10	10
72	10	10
73	10	10
74	10	10
75	10	10
76	10	10
77	10	10
78	10	10
79	10	10
80	10	10
81	10	10
82	10	10
83	10	10
84	10	10
85	10	10
86	10	10
87	10	10
88	10	10
89	10	10
90	10	10
91	10	10
92	10	10
93	10	10
94	10	10
95	10	10
96	10	10
97	10	10
98	10	10
99	10	10
100	10	10

BLANCO DE AGUAS E MAREAS	
1.000 m	100 m
2.000 m	200 m
3.000 m	300 m
4.000 m	400 m
5.000 m	500 m
6.000 m	600 m
7.000 m	700 m
8.000 m	800 m
9.000 m	900 m
10.000 m	1.000 m

STANDARD FOR RESINUS E. VERNICHA	
EXPOSURE TO RADIATION	100-200 Mr
TEMPERATURE OF POLYMERIZATION	100-120 °C
TEMPERATURE OF STORAGE	10-15 °C
TEMPERATURE OF USE	10-15 °C

1.000000	1.000000
----------	----------

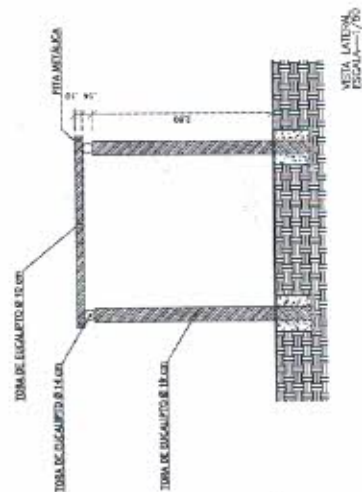
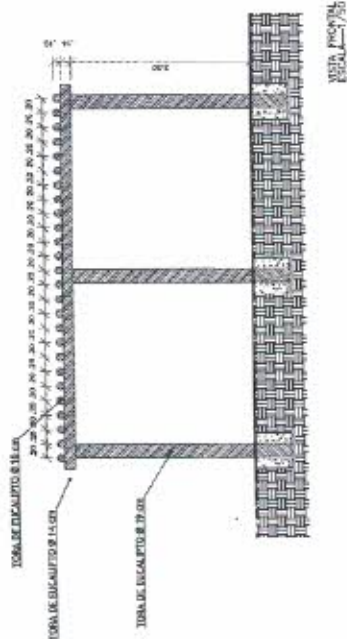
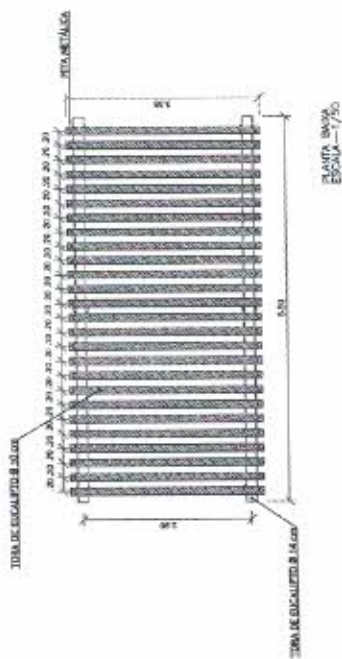
[illegible]

Don't miss the 6th Annual  
 Fall Festival at the  
 Grand Canyon  
 October 10-12, 2002  
 800-855-4637









306  
SERVIDORIAL


Stanley J. Stein  
President  
1982-1983

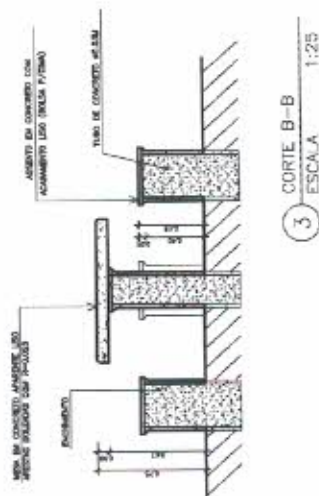
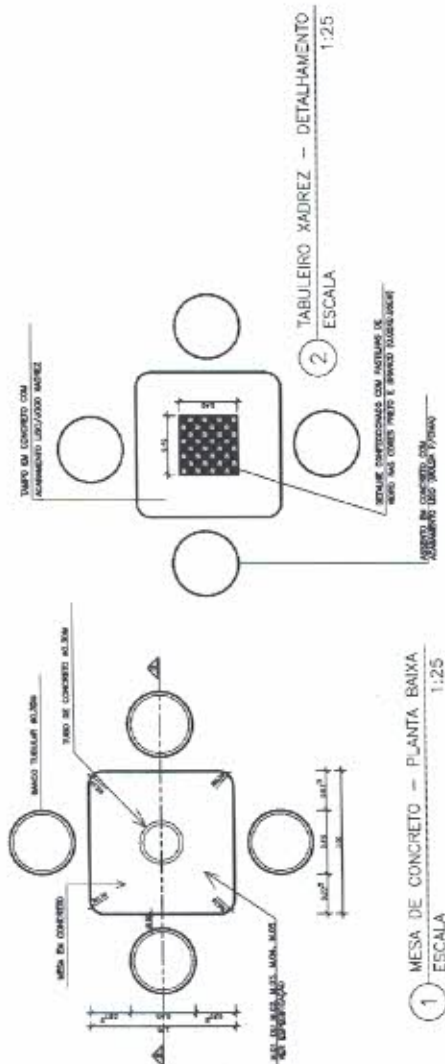
[illegible]



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAUBÁ  
SERVIDOR PÚBLICO  
307  
12/11/2024

Assinatura do Autor  
Assinatura do Revisor  
Data Finalizada

REVISÃO 01	DATA	05/05/2024	REVISOR	JOSÉ GARCIA
REVISÃO 02	DATA	05/05/2024	REVISOR	JOSÉ GARCIA
				
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAUBÁ Rua da Saúde, nº 272, Centro, Ubaubá - SP CEP: 13.089-300 Fone: (13) 3395-0000				
TÍTULO DO PROJETO PAVIMENTAÇÃO A PARALELEPÍPEDO GRANÍTICO E CONSTRUÇÃO DE CANTEIRO CENTRAL				
DESCRIÇÃO PAVIMENTAÇÃO A PARALELEPÍPEDO E CONSTRUÇÃO DE CANTEIRO CENTRAL DA RUA JOÃO PAULO II NO MUNICÍPIO DE UBAUBÁ-SP				
PROFESSOR TUTOR		PROFESSOR		270445752-2
PAVIMENTAÇÃO DA RUA				
MOBILIÁRIO URBANO MESA DE JOGOS EM CONCRETO				
PLANTA	ESCALA DE 1:25	PROFESSOR	JOSÉ GARCIA	05/05
DESENO E REVISÃO	ESCALA DE 1:25	DATA	MAIO / 2024	







ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

**ANEXO III**  
**CARTA-PROPOSTA (Modelo)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
FOLHAS: 308  
SERVIDOR(A): (Assinatura)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

À

Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_,  
(Endereço da sede da Prefeitura)  
ESTADO DE SERGIPE

Ref.: Concorrência nº. \_\_\_\_/20\_\_.

Prezados Senhores,

Pela presente submetemos à apreciação de V. Sas. a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, declarando que:

- Executaremos as obras e os serviços objeto da **CONCORRÊNCIA** nº. \_\_\_\_/20\_\_, pelo preço de R\$ \_\_\_\_\_ (por extenso), no prazo máximo de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias vinculado, exclusivamente ao cronograma físico-financeiro, incluído neste, a mobilização, cujo prazo será contado a partir da data da assinatura deste Contrato e recebimento da respectiva Ordem de Serviço a ser emitida pela Prefeitura, ao tempo em que, assume inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na elaboração da proposta;
- Manteremos válida a Proposta pelo prazo mínimo de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias consecutivos, contados da data de recebimento dos documentos de habilitação e proposta comercial, aceitando que, ocorrendo recurso de habilitação ou inabilitação de licitante e suas eventuais impugnações, bem como de julgamento das propostas comerciais e de suas eventuais impugnações, durante o período de seus respectivos julgamentos, o prazo de validade da proposta comercial não correrá, tendo em vista o efeito suspensivo desses recursos;
- Utilizaremos os equipamentos e a equipe técnica e administrativa que forem necessários à perfeita execução dos serviços, de acordo com as exigências do Edital e de seus Anexos, bem como da fiscalização da Prefeitura;
- Na execução das obras e dos serviços observaremos rigorosamente as especificações técnicas, assumindo desde já a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as normas e padrões dessa Prefeitura.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal)  
(Carteira de Identidade - nº. e órgão expedidor)

Nome da Empresa:

Endereço:

CEP:





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBÁÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DE VISITA AOS LOCAIS DA EXECUÇÃO DAS OBRAS E DOS SERVIÇOS E DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DA LICITAÇÃO (Modelo)**

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu Representante devidamente nomeado, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, **DECLARA** que recebeu da Prefeitura toda a documentação relativa à Concorrência nº. \_\_\_\_/20\_\_\_\_, composta do Edital e seus elementos constitutivos, e que visitou o local onde se realizarão a execução das obras e serviços objeto desta licitação, tendo tomado conhecimento de todas as condições e eventuais dificuldades para a boa execução das Obras e dos Serviços, como mão de obra, materiais de construção, equipamentos, localização, condições do terreno e acessos, condições geológicas, morfológicas, edafológicas, climatológicas, etc.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

**(nome da empresa)**

**(Nome do Representante)**





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBÁÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO V

PLANILHA DE PREÇOS DA LICITANTE

Concorrência nº. \_\_\_\_/20\_\_.

(No sistema SINAPI, a LICITANTE deverá delinear a formação do seu preço, obedecendo, taxativamente, a itenização da planilha de preços da Prefeitura)





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO VI

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
FOLHA: 312

PLANILHA DE PREÇOS DA PREFEITURA

Concorrência nº. \_\_\_\_/20\_\_

(No sistema SINAPI)



Praça Gil Soares, nº 272, Centro Umbaúba-SE CNPJ :  
13.099.395/0001-73

Ref: Março/2024-1 BDI: 24,23% Moeda: R\$

Don't forget to visit  
the Center for Overseas Workers  
largest help center  
CREA 270-445752-2





Prefeitura Municipal de  
**Umbaúba**

**Prefeitura Municipal de Umbaúba**

Prça Gil Soares, nº 272, Centro Umbaúba-SE CNPJ :  
13.099.395/0001-73

Pavimentação à Paralelepípedo e Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE

**PLANTILHA ORÇAMENTÁRIA DO EMPREENDIMENTO**

Cod. Empreendimento: 00343

BDI: 24,23%

Ref : Março/2024-1 Moeda : R\$

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	PREÇO UNIT	VALOR TOTAL	(%)
01.04.001.001	Locação de praças com piquetes de madeira	m2	639,66	0,78	498,93	0,07
01.04.002	<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>				<b>12.619,36</b>	<b>1,64</b>
01.04.002.001	Colchão de areia	m3	63,97	184,72	11.816,54	1,54
01.04.002.002	Compactação manual com placa vibratória sem controle do grau de compactação	m3	63,97	12,55	802,82	0,10
01.04.003	<b>MEIO-FIO</b>				<b>12.956,19</b>	<b>1,68</b>
01.04.003.001	Meio-fio pré moldado de concreto simples (0,12 x 0,30 x 1,00m), rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	241,18	53,72	12.956,19	1,68
01.04.004	<b>PAVIMENTAÇÃO</b>				<b>31.233,14</b>	<b>4,06</b>
01.04.004.001	Piso em concreto simples desmoldado, fck = 15 MPa, e = 7 cm, com forma em quadros 2,0x2,0m, para juntas de concretagem - tres usos	m2	473,66	65,94	31.233,14	4,06
01.04.005	<b>ACESSIBILIDADE</b>				<b>3.666,84</b>	<b>0,48</b>
01.04.005.001	Rampa padrão para acesso de deficientes a passeio público, em concreto simples fck=25MPa, desmoldado, pintada em novacor, 02 demãos e piso tátil de alerta/direcional.	un	12,00	305,57	3.666,84	0,48
01.04.006	<b>PINTURA</b>				<b>455,83</b>	<b>0,06</b>
01.04.006.001	Pintura de meio fio (caiação)	m	241,18	1,89	455,83	0,06
01.04.007	<b>MOBILIÁRIO URBANO</b>				<b>33.107,91</b>	<b>4,31</b>
01.04.007.001	Mesa de concreto polido fck=21 Mpa, com tabuleiro em pastilha cerâmica, base de tubo de concreto ø=0,30m e bancos em tubo de concreto ø=0,40m	un	3,00	970,21	2.910,63	0,38
02.04.007.002	Banco de concreto pre-moldado com encosto e pintura (padrão enurb)	un	20,00	1.261,74	25.234,80	3,28
01.04.007.003	Lixeira em fibra de vidro, com capacidade 50l, com suporte (poste), FIOBERGLASS, REF. CLPD1085 ou similar	un	12,00	413,54	4.962,48	0,65
01.04.008	<b>PERGOLADOS</b>				<b>28.477,34</b>	<b>3,70</b>
01.04.008.001	Escavação manual de vala ou cava em material de 1ª categoria, profundidade até 1,50m	m3	2,25	65,08	146,43	0,02
01.04.008.002	Concreto fck = 20mpa, traço 1:2,3:3 (em massa seca de cimento/ areia média/ brita 1) - preparo mecânico com betoneira 400 l. af 05/2021	m3	1,97	637,47	1.255,82	0,16
01.04.008.003	Lançamento de concreto simples fabricado na obra, inclusive adensamento e acabamento na infraestrutura	m3	1,97	36,21	71,33	0,01
01.04.008.004	Peça de eucalipto tratado, d= 10 a 13cm, L = 3,35m - Fornecimento	un	78,00	71,30	5.561,40	0,72
01.04.008.005	Peça de eucalipto tratado, d= 13 a 16cm, L = 5,50m - Fornecimento	un	6,00	282,05	1.692,30	0,22
01.04.008.006	Peça de eucalipto tratado, d= 19 a 22cm, L = 3,00m - Fornecimento	un	18,00	459,12	8.264,16	1,07
01.04.008.007	Assentamento de peças de eucalipto tratado, d=10 a 13cm para confecção de pergolado (ref:obra Sergipetec)	m	261,30	20,76	5.424,59	0,71
01.04.008.008	Assentamento de peças de eucalipto tratado, d=13 a 16cm para confecção de pergolado (ref:obra Sergipetec)	m	33,00	29,53	974,49	0,13
01.04.008.009	Assentamento de peças de eucalipto tratado, d=19 a 22cm para confecção de pergolado (ref:obra Sergipetec)	m	54,00	41,57	2.244,78	0,29
01.04.008.010	Pintura de proteção sobre madeira com aplicação de 02 demãos de verniz SPARLACK GETOL Ipiranga ou similar - RI	m2	124,87	22,76	2.842,04	0,37
01.04.009	<b>EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA</b>				<b>14.055,78</b>	<b>1,83</b>
01.04.009.001	Equipamento de ginástica - simulador de caminhada simples - galvanizado - Rev 01	un	3,00	3.347,36	10.042,08	1,31

*Assinado digitalmente por*  
**Renato Soares da Silva**  
Engenheiro Civil  
CREA 27045752-2



ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	PREÇO UNIT	VALOR TOTAL	(%)
01.04.009.002	Equipamento de ginástica - Prancha abdominal em tubo de ferro galvanizado de 1 1/2" e pranchão em madeira, ref. Sergipark ou similar	Un	3,00	1.337,90	4.013,70	0,52
01.04.010	<b>PAISAGISMO</b>				<b>4.961,35</b>	<b>0,65</b>
01.04.010.001	Grama esmeralda em placas, fornecimento e plantio	m2	105,26	31,29	3.293,59	0,43
01.04.010.002	Fornecimento e plantio de palmeira mini imperial, média	un	10,00	109,32	1.093,20	0,14
01.04.010.003	Planta - Flamboyant (delonix regia), fornecimento e plantio	un	4,00	108,54	434,16	0,06
01.04.010.004	Planta - Cordeline rosa (cordyline terminalis), fornecimento e plantio	un	6,00	23,40	140,40	0,02
01.04.011	<b>MANEJO E CONSERVAÇÃO</b>				<b>1.880,60</b>	<b>0,24</b>
01.04.011.001	Limpeza geral	m2	639,66	2,94	1.880,60	0,24
01.05	<b>ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>				<b>104.020,36</b>	<b>13,52</b>
01.05.001	<b>PADRÃO DE ENTRADA</b>				<b>1.956,92</b>	<b>0,25</b>
01.05.001.001	Mureta de alvenaria 1,70 x 0,60m para poste auxiliar de energia	un	1,00	273,94	273,94	0,04
01.05.001.002	Poste auxiliar p/entrada energia, em ferro galvanizado d=3" e h=7,0m, com 04 isoladores	un	1,00	1.408,87	1.408,87	0,18
01.05.001.003	Fita em aço inox, fusimex ou similar - Fornecimento	M	9,00	4,72	42,48	0,01
01.05.001.004	Cabeçote de alumínio de 1 1/2"	un	1,00	17,27	17,27	0,00
01.05.001.005	Fita isolante alta fusão 19 mm x 10 m - Fornecimento	un	2,00	15,65	31,30	0,00
01.05.001.006	Curva para eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 32mm (1")	un	3,00	10,60	31,80	0,00
01.05.001.007	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 32mm (1")	m	6,00	19,69	118,14	0,02
01.05.001.008	Luva para eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 32mm (1")	un	8,00	4,14	33,12	0,00
01.05.002	<b>POSTES E LUMINÁRIAS</b>				<b>81.750,47</b>	<b>10,63</b>
01.05.002.001	Poste circular de concreto 10/200 - fornecimento e assentamento	un	8,00	2.763,10	22.104,80	2,87
01.05.002.002	Luminária em LED p/ iluminação pública LED SMD AUTOVOLT 150 W, 5.000 K, IP=66, IRC 70, FP>0,95, 170lm/W, 24.000 lm e 54.000h, com base para Relé 3 PINOS, modelo GLA21 G-light ou similar	un	32,00	1.771,02	56.672,64	7,37
01.05.002.003	Suporte de fixação em aço galvanizado a fogo, para luminária pública de 04 pétalas, encaixe em poste com topo de Ø de 48mm/60,3mm, encaixe da luminária de Ø de 48mm/60,3mm.	un	8,00	348,57	2.764,56	0,36
01.05.002.004	Refletor Slim LED 50W de potência, branco frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	un	3,00	69,49	208,47	0,03
01.05.003	<b>CAIXAS</b>				<b>4.381,74</b>	<b>0,57</b>
01.05.003.001	Caixa de passagem em alvenaria de tijolos maciços esp. = 0,12m, dim. int. = 0,30 x 0,30 x 0,40m	un	18,00	192,16	3.458,88	0,45
01.05.003.002	Tampa de concreto para caixas de passagem 0,50x0,50mx0,07m	un	18,00	51,27	922,86	0,12
01.05.004	<b>QUADROS</b>				<b>2.189,98</b>	<b>0,29</b>
01.05.004.001	Quadro de medição trifásica em Noril com lente para leitura	un	1,00	884,53	884,53	0,12
01.05.004.002	Quadro de comando para iluminação externa (Canteiro Rua João Paulo II)	un	1,00	1.305,45	1.305,45	0,17
01.05.005	<b>FIOS E CABOS</b>				<b>8.867,00</b>	<b>1,15</b>
01.05.005.001	Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 2,5 mm2, 450/750V - fornecimento e instalação	M	96,00	15,13	1.452,48	0,19
01.05.005.002	Cabo de cobre flexível isolado, 2,5 mm², anti-chova 0,6/1,0 kv, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. af_03/2023	m	18,00	5,29	95,22	0,01



**Prefeitura Municipal de Umbaúba**

Praca Gil Soares, nº 272, Centro Umbaúba-SE CNPJ :  
13.099.395/0001-73

**PLANTILHA ORÇAMENTÁRIA DO EMPREENDIMENTO**  
Pavimentação à Paralelepípedo e Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE

Cod. Empreendimento: 00343

BDI: 24,23%

Ref : Março/2024-1 Moeda : R\$

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	PREÇO UNIT	VALOR TOTAL	(%)
01.05.005.003	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), flexível, 4,0mm², 1kv / 90° C	m	159,84	10,47	2.081,85	0,27
01.05.005.004	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), flexível, 6,0mm², 1kv / 90° C	m	197,68	13,17	2.603,45	0,68
<b>01.05.006</b>	<b>ELETRODUTOS</b>				<b>4.598,13</b>	<b>0,60</b>
01.05.006.001	Eletroduto flexível de pvc (sanfonado), diâm = 32mm (1")	m	12,00	10,03	120,36	0,02
01.05.006.002	Duto corrugado flexível em PEAD Ø = 1.1/2", tipo Kanalex ou similar, lançado diretamente no solo, exclusiva escavação e reaterro	m	194,94	22,97	4.477,77	0,58
<b>01.05.007</b>	<b>DISJUNTORES</b>				<b>96,40</b>	<b>0,01</b>
01.05.007.001	Disjuntor termomagnético bipolar 40 A, padrão DIN (Europeu - linha branca), curva C, corrente 5KA	un	1,00	96,40	96,40	0,01
<b>01.05.008</b>	<b>ATERRAMENTO</b>				<b>179,72</b>	<b>0,02</b>
01.05.008.001	Caixa pré moldada em concreto c/tampa para aterramento (20x20x15)cm, padrão Energisa	un	1,00	22,20	22,20	0,00
01.05.008.002	Fornecimento e instalação de haste de aterramento 3/8"x3,00m com conector	un	1,00	157,52	157,52	0,02
<b>01.06</b>	<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES DIVERSOS</b>				<b>3.546,23</b>	<b>0,47</b>
<b>01.06.001</b>	<b>DIVERSOS</b>				<b>3.546,23</b>	<b>0,47</b>
01.06.001.001	Marco inaugural - Rev. 01	un	1,00	964,10	964,10	0,13
01.06.001.002	Placa de inauguração de obra em alumínio 0,50 x 0,70 m	un	1,00	2.582,13	2.582,13	0,34
Importa o presente orçamento em:					708.859,11	
(setenta e seis mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais e onze centavos)					=====	
VALOR TOTAL DO EMPREENDIMENTO					708.859,11	

*Força e Assinatura*  
João Carlos de Oliveira Junior  
Engenheiro Civil  
CREA 270445752-2

315  
AN





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBÁÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO VII

**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MÁXIMO**

CONFORME TABELA QUE SEGUE ANEXO EM ARQUIVO

**PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA: 150 (cento e cinquenta) dias**

OBS. Admite-se uma variação percentual de 20% (vinte por cento) para mais ou para menos em cada mês, não podendo, no entanto, na totalização do cronograma físico e financeiro ultrapassar 100% (cem por cento).



ITEM	SERVIÇOS	VALOR	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		4º MÊS		5º MÊS	
			(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR
01	Pavimentação à Paralelepípedo e Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba	768.859,11	100	768.859,11	19,61	150.771,79	26,03	260.171,80	20,20	155.311,35	17,07	131.165,40
01.01	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	7.889,30	1,04	7.889,30	0,21	1.577,86	0,21	1.577,86	0,21	1.577,86	0,20	1.577,86
01.01.001	EQUIPE DIRIGENTE	7.889,30	1,04	7.889,30	0,21	1.577,86	0,21	1.577,86	0,21	1.577,86	0,20	1.577,86
01.02	SERVIÇOS PRELIMINARES	9.924,06	1,29	9.924,06	0,13	993,84	0,13	993,84	0,13	993,84	0,27	2.073,84
01.02.001	PLACA DE OBRA	2.794,86	0,36	2.794,86	0,06	49,06	10,01	10,01	10,01	10,01	20,91	
01.02.002	CANTEIRO DE OBRAS	4.969,20	0,65	4.969,20	0,13	993,84	0,13	993,84	0,13	993,84	0,13	993,84
01.02.003	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	2.160,00	0,28	2.160,00	0,14	1.060,00					0,14	2.080,00
01.03	SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO	499.563,89	64,96	499.563,89	16,25	124.973,21	19,28	148.200,09	25,70	197.600,10	3,21	24.700,00
01.03.001	SERVIÇOS DE TERAPIANAGEM	1.473,14	0,19	1.473,14	0,19	1.473,14						50,00
01.03.002	PAVIMENTAÇÃO	398.029,04	51,77	398.029,04	12,94	99.507,26	15,53	119.408,72	30,71	159.211,62	2,59	19.901,44
01.03.003	DRENAGEM SUPERFICIAL	56.089,12	4,69	56.089,12	25,00	9.022,28	1,41	10.826,74	1,88	14.435,64	0,23	1.804,46
01.03.004	MEIO-FIO (TRAVAMENTO)	3.780,25	0,43	3.780,25	0,12	945,06	0,15	1.134,08	0,20	1.512,10	0,02	189,01
01.03.005	MEIO-FIO	56.101,85	7,29	56.101,85	1,82	14.025,47	2,19	16.820,55	2,92	22.440,74	0,36	2.805,09
01.03.006	PINTURA	1.756,94	0,23	1.756,94	25,00	30,00	30,00	40,00	40,00	5,00	5,00	
01.03.007	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	2.335,55	0,3	2.335,55							0,23	1.756,94
01.04	CANTEIRO CENTRAL	143.913,27	10,72	143.913,27							0,30	2.335,55
01.04.001	LOCAÇÃO	498,93	0,07	498,93							0,07	498,93
											100,00	



**Prefeitura Municipal de Umbaúba**  
Praça Gil Soares, nº 272, Centro Umbaúba-SE CNPJ :  
13.099.395/0001-73

Pavimentação à Paralelepípedo e Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO EMPREENDIMENTO**  
Cod. Empreendimento: 00343  
BDI: 24,23%

Ref : Março/2024-1

Moeda : R\$

ITEM	SERVIÇOS	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		4º MÊS		5º MÊS	
		(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR
01.04.002	MOVIMENTO DE TERRA	1,64	12.619,36					1,64	12.619,36		
								100,00%			
01.04.003	MEIO-FIO	1,68	12.956,19					1,68	12.956,19		
								100,00%			
01.04.004	PAVIMENTAÇÃO	4,06	31.233,14					2,03	15.616,57	2,03	15.616,57
								50,00%			50,00%
01.04.005	ACESSIBILIDADE	0,48	3.666,84							0,48	3.666,84
										100,00%	
01.04.006	PINTURA	0,06	455,83							0,06	455,83
										100,00%	
01.04.007	MOBILIÁRIO URBANO	4,31	33.107,91							4,31	33.107,91
										100,00%	
01.04.008	PERGOLADOS	3,7	28.477,34							3,70	28.477,34
										100,00%	
01.04.009	EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA	1,83	14.055,18							1,83	14.055,18
										100,00%	
01.04.010	PAISAGISMO	0,65	4.961,35							0,65	4.961,35
										100,00%	
01.04.011	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	0,24	1.880,60							0,24	1.880,60
										100,00%	
01.05	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	13,52	104.020,36					11,23	86.348,60	2,29	17.671,76
								83,01%			16,99%
01.05.001	PADRÃO DE ENTRADA	0,25	1.956,92							0,25	1.956,92
										100,00%	
01.05.002	POSTES E LUMINÁRIAS	10,63	81.750,47					10,63	81.750,47		
								100,00%			
01.05.003	CAIXAS	0,57	4.381,74							0,57	4.381,74
										100,00%	
01.05.004	QUADROS	0,29	2.189,98							0,29	2.189,98
										100,00%	
01.05.005	FIOS E CADOS	1,15	8.867,00							1,15	8.867,00
										100,00%	
01.05.006	ELETRODUTOS	0,6	4.598,13					0,60	4.598,13		
								100,00%			





Prefeitura Municipal de  
**Umbaúba**

**Prefeitura Municipal de Umbaúba**  
Praça Gil Soares, nº 272, Centro Umbaúba-SE CNPJ :  
13.099.395/0001-73

Pavimentação à Paralelepípedo e Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de  
Umbaúba/SE

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO EMPREENDIMENTO**  
Cod. Empreendimento: 00343

BDI: 24,23%

Ref : Março/2024-1 Moeda : R\$

ITEM	SERVIÇOS	VALOR	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		4º MÊS		5º MÊS	
			(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR
01.05.007	DISJUNTORES	96,40	0,01								0,01	96,40
												100,00%
01.05.008	ATERRAMENTO	179,72	0,02								0,02	179,72
												100,00%
01.06	SERVIÇOS COMPLEMENTARES DIVERSOS	3.546,23	0,47								0,47	3.546,23
												100,00%
01.06.001	DIVERSOS	3.546,23	0,47								0,47	3.546,23
												100,00%
TOTAL SIMPLES		3758,35	0,00,00	3758,35	0,00,00	3758,35	0,00,00	3758,35	0,00,00	3758,35	0,00,00	3758,35
TOTAL ACUMULADO		3758,35	0,00,00	3758,35	0,00,00	3758,35	0,00,00	3758,35	0,00,00	3758,35	0,00,00	3758,35

*Verificação de Ocorrência*  
José Góes de Oliveira Junior  
Engenheiro Civil  
CREA 270045752-2

319  
MAY





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO VIII

PLANILHA ANALÍTICA DE COMPOSIÇÃO DO BDI

BDI	%
	A1
	A2
	A3
	A4
	A5
	A6
	A7
	A8
	A9
TOTAL= A1+A2+A3+A5+...+A9	



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	PERC
01	AC - Administração Central	%	4,67%
02	S - Seguro e Garantia	%	0,74%
03	R - Risco	%	0,97%
04	DF - Despesas Financeiras	%	1,21%
05	L - Lucro	%	7,71%
06	I - TRIBUTOS		6,65%
06.001	- PIS	%	0,65%
06.002	- COFINS	%	3,00%
06.003	- ISS (1,4% a 5%)	%	3,00%
TOTAL DO BDI :			24,23%

$$BDI = \left[ \frac{\left( \left( 1 + \left( \frac{AC}{100} + \frac{S}{100} + \frac{R}{100} \right) \right) \left( 1 + \frac{DF}{100} \right) \left( 1 + \frac{L}{100} \right) \right)}{\left( 1 - \frac{I}{100} \right)} - 1 \right] \times 100$$

*Jose Góes de Oliveira Junior*  
Engenheiro Civil  
CREA 270445752-2





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAUÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO IX

**PLANILHA ANALÍTICA DA COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS**





Prefeitura Municipal de  
**Umbaúba**

**Prefeitura Municipal de Umbaúba**

Praça Gil Soares, nº 272, Centro Umbaúba-SE CNPJ :  
13.099.395/0001-73

**VILHA DE ENCARGOS SOCIAIS HORISTA**  
Cod. Empreendimento: 00343  
Pavimentação à Paralelepípedo e Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE  
Ref : Março/2024-1 Moeda : R\$

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	Fórmula	VALOR TOTAL
<b>A ENCARGOS INSTITUCIONAIS</b>				
A1	PREVIDÊNCIA SOCIAL - INSS	6		36,80
A2	SESI	6		20,00
A3	SENAI	6		1,50
A4	INCRA	6		1,00
A5	SEBRAE	6		0,20
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	6		0,60
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	6		2,50
A8	FGTS	6		3,00
A9	SECONCI-SE	6		8,00
<b>B ENCARGOS TRABALHISTAS</b>				
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	6		0,00
B10	FÉRIAS	6		47,44
B2	AUXÍLIO ENFERMIDADE	6		13,87
B3	DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO	6		3,93
B4	LICENÇA PATERNIDADE	6		0,85
B5	FALTAS JUSTIFICADAS	6		10,98
B6	DÍAS DE CHUVAS - PONTE STUART	6		0,06
B7	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	6		0,73
B8	FÉRIAS GOZADAS	6		1,51
B9	SALÁRIO MATERNIDADE	6		0,10
<b>C ENCARGOS INDENIZATÓRIOS</b>				
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	6		11,37
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	6		0,04
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	6		10,41
C4	DEPOSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	6		4,83
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	6		0,11
<b>D INCIDÊNCIAS OU EFEITOS</b>				
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	6		2,35
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	6		2,71
		6		0,41
		6		17,89
		6		17,46
		6		0,43
<b>VALOR TOTAL DO ENCARGO SOCIAL :</b>				<b>112,54%</b>

323  
687

Força 0198466-6  
José Gênes de Oliveira Junior  
Engenheiro Civil  
CREA 270445752-2





**Prefeitura Municipal de Umbaúba**  
Praça Gil Soares, nº 272, Centro Umbaúba-SE CNPJ :  
13.099.395/0001-73

PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS MENSALISTA  
Cod. Empreendimento: 00343  
Pavimentação à Paralelepípedo e Canteiro Central da Rua João Paulo II no Município de Umbaúba/SE  
Ref : Março/2024-1 Moeda : R\$

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	FÓRMULA	VALOR TOTAL
A	Encargos Institucionais - Encargos Sociais Básicos			36,80
AA01	Previdência Social - INSS	%		20,00
AA02	SESI	%		1,50
AA03	SENAI	%		1,00
AA04	INCRA	%		0,20
AA05	SERPAE	%		0,60
AA06	Salário Educação	%		2,50
AA07	Seguro Contra Acidentes do Trabalho	%		3,00
AA08	FGTS	%		8,00
AA09	SECONP-98	%		0,00
B	Encargos Trabalhistas			18,32
BA01	Auxílio Enfermidade	%		0,64
BA02	Décimo Terceiro salário	%		8,33
BA03	Licença Paternidade	%		0,04
BA04	Faltas Justificadas	%		0,56
BA05	Acidente de Trabalho	%		0,08
BA06	Férias Gozadas	%		8,64
BA07	Salário Maternidade	%		9,03
C	Encargos Indenizatórios			7,92
CA01	Aviso Prévio Indenizado	%		3,67
CA02	Aviso Prévio Trabalhado	%		0,09
CA03	Férias Indenizadas	%		1,79
CA04	Depósito Rescisão sem Justa Causa	%		2,06
CA05	Indenização Adicional	%		0,33
D	Incidências ou Efeitos			7,07
DA01	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	%		6,74
DA02	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	%		0,33
	VALOR TOTAL DO ENCARGO SOCIAL HORISTA:			70,11%

Don't forget to call  
Jose Garcia at Universal  
Engineering Co.  
CASA 270-445752-9





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO X

**PROCURAÇÃO (modelo)**

**OUTORGANTE:** {Qualificação da empresa e do representante legal que assinará a procuração em seu nome (nome, endereço/razão social, etc.)}.

**OUTORGADO:** (Representante devidamente qualificado).

**OBJETO:** Representar a Outorgante na CONCORRÊNCIA nº. \_\_\_\_/20\_\_ – Prefeitura Municipal de

\_\_\_\_\_.

**PODERES:** Apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de abertura de documentação de habilitação e de propostas, assinar as respectivas atas e documentos, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recurso e assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

, de de

**NOME/CARGO**





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

**ANEXO XI**

**DECLARAÇÃO DE EMPREGADOS MENORES (modelos)**

**Modelo "A" – Empregador Pessoa Jurídica:**

**DECLARAÇÃO**

Ref.: Concorrência nº. \_\_\_\_/20\_\_ – Prefeitura Municipal de \_\_\_\_.

\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº. \_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no art. 68, VI da Lei nº. 14.133/21, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

**(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)**

**Modelo "B" – Empregador Pessoa Física:**

**DECLARAÇÃO**

Ref.: Concorrência nº. \_\_\_\_/20\_\_ – Prefeitura Municipal de \_\_\_\_.

\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no art. 68, VI da Lei nº. 14.133/21, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

**(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)**





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO XII

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E LIBERAÇÃO AMBIENTAL (modelo)**

Ref.: Concorrência nº. \_\_\_\_/20\_\_ – Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para os devidos fins de direito que conhece a legislação pertinente aos elementos de defesa e preservação do meio ambiente em nível federal, estadual e municipal; que tomou conhecimento das restrições, normas e proposições relativas à preservação do meio-ambiente do local e região onde se realizarão os serviços objeto desta licitação; que assume a responsabilidade de obediência à legislação, às normas explicitadas pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA**, e pelos órgãos específicos de controle ambiental; que se responsabiliza pela elaboração do relatório de impacto de meio-ambiente e pela execução dos serviços objeto desta CONCORRÊNCIA, bem como se responsabiliza ainda pela autorização dos serviços e demais requisitos necessários à regulamentação dos serviços e das ações previstas na legislação e nesta licitação, caso seja isso necessário.

Declaram, também, que assumem sem repasse a **PREFEITURA MUNICIPAL** \_\_\_\_\_, toda a responsabilidade por danos e ônus, que venham a ser associados aos serviços licitado motivados pelo não cumprimento dos dispositivos normativos previstos nesta declaração.

(data)

(Nome e assinatura do representante legal)  
(Carteira de Identidade - nº. e órgão expedidor)





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO XIII

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO (Modelo)**

Ref.: Concorrência nº. \_\_\_\_/20\_\_ – Prefeitura Municipal de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.  
(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF nº.  
\_\_\_\_\_, **DECLARA** que se responsabiliza pela sua disponibilidade para a execução do objeto do  
contrato decorrente do presente procedimento licitatório, na forma do art. 140, § 1º da Lei nº. 14.133/21.

(data)

(Nome e assinatura do representante legal)  
(Carteira de Identidade - nº. e órgão expedidor)





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO XIV

**DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO (modelo)**

Ref.: Tomada de Preços nº. \_\_\_\_/20\_\_ – Prefeitura Municipal de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.  
(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF nº.  
\_\_\_\_\_, **DECLARA** que o Senhor \_\_\_\_\_, (brasileiro, maior, capaz, engenheiro civil),  
portador do registro nº. \_\_\_\_\_ no CREA- \_\_\_\_\_ é integrante do seu **QUADRO PERMANENTE** na qualidade  
de \_\_\_\_\_, conforme comprova mediante documentação exigida pelo Edital, em anexo,  
situação essa pela qual o mesmo aceita participar da licitação CONCORRÊNCIA nº. \_\_\_\_/20\_\_, na qualidade  
de Responsável Técnico.

(data)

(Nome e assinatura do representante legal)  
(Carteira de Identidade - nº. e órgão expedidor)

**CONCORDO** em Participar da Tomada de Preços nº. \_\_\_\_/20\_\_, na qualidade de RESPONSÁVEL TÉCNICO.

\_\_\_\_\_  
(nome do profissional)

Registro nº ...../D – CREA- .....





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO XV

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À LC 123/2006 alterada pela LC 147/2014**

**REFERENTE:** Concorrência nº \_\_\_\_/20\*\*

**OBJETO:** Pavimentação a Paralelepípedo e Urbanização de Canteiro Central da Rua João Paulo II, no Município de Umbaúba/SE.

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr<sup>o(a)</sup>. \_\_\_\_\_, brasileiro(a) maior, capaz, endereço \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, portador da RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** que não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos no Art. 3º, §4º da Lei Complementar 123/2006, fazendo jus ao regime diferenciado e favorecido estabelecido na referida Lei.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, (data da abertura da sessão).

(identificação e assinatura do declarante).





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

**ANEXO XVI**  
**MINUTA**

331  
JAN

CONTRATO nº \_\_\_\_/20\_\_

*Contrato de Empreitada por Preço Global,  
que entre si celebram, de um lado, a  
Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_ e, do  
outro, a empresa \_\_\_\_\_, decorrente  
da Concorrência nº. \_\_\_\_/20\_\_.*

A Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_, inscrita no CGC/MF sob o nº. \_\_\_\_\_, com sede e foro na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_/SE, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. \_\_\_\_\_, e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CGC/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede e foro \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por \_\_\_\_\_, celebram o presente Contrato de Empreitada por Preço Global, decorrente do Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/20\_\_, modalidade Tomada de Preços, que será regido pela Lei nº. 14.133/21 e suas alterações e as Cláusulas e condições elencadas:

**CLÁUSULA I – DO OBJETO (art. 92, inciso I, da Lei nº 14.133/21)**

O presente instrumento tem por objeto para execução da \_\_\_\_\_.

**Parágrafo único** – Os serviços serão executados em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observados integralmente o Edital e seus anexos e a proposta elaborada pela CONTRATADA, de acordo com o art. 92, II da Lei nº. 14.133/21, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 92, inciso IV, da Lei nº 14.133/21)**

A obra, objeto deste Contrato, terá sua Execução Indireta, sob o Regime de Empreitada por Preço Global.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/21)**

Pela perfeita integral execução deste Contrato, a Prefeitura pagará à Contratada o valor global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**§1º** - O pagamento será efetuado de acordo com a medição apresentada pela Contratada, após supervisão da fiscalização da Prefeitura, mediante entrega, no prazo de até 30 (trinta) dias da apresentação, no protocolo do órgão interessado, da documentação hábil à quitação:

- I. Nota fiscal;
- II. Relatório de andamento e medição das obras, para as parcelas intermediárias e termo de recebimento provisório da obra, para a parcela final;





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

III. Comprovação de Regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, além das Certidões de Regularidade de quitação junto ao INSS e FGTS, atualizadas.

**§2º** - As faturas serão apresentadas com indicações das quantidades e preços unitários em Reais (R\$), obedecidas às parcelas das etapas das obras e serviços executados, de conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela licitante ou, no caso de fatura única, após a conclusão dos serviços;

**§3º** - As faturas serão encaminhadas à fiscalização da Prefeitura, para análise e aprovação e posterior encaminhamento à Prefeitura para pagamento da execução dos serviços, que disporá de até 30 (trinta) dias para efetivação do pagamento;

**§4º** - Ocorrendo a não aceitação pela fiscalização da Prefeitura dos serviços faturados, será de imediato comunicado à firma contratada para retificação e apresentação da nova fatura, escoimada das causas de seu indeferimento;

**§5º** - O não pagamento da fatura no prazo estipulado nos §§ 1º/3º acarretará indenização por inadimplência pela variação do INPC, entre a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, ou outro índice que venha a ser fixado pelo Governo Federal, na forma da Lei nº. 14.133/21;

**§6º** - Os preços contratados, em moeda corrente brasileira, serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados desde a assinatura do contrato;

**§7º** - Os valores ora pactuados poderão sofrer reajustamento se o prazo dos serviços ultrapassar 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, conforme estabelece a Lei nº. 14.133/21, ou na ocorrência de outras normas que venham a ser editadas pelo Governo Federal, com a finalidade cobrir flutuações no custo dos insumos, na mesma proporção e periodicidade da variação, verificada nos índices do Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas, por tipo de obras apurados pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, desde que compatível com o preço de mercado, na forma da Lei nº. 14.133/21;

**§8º** - No caso de eventuais atrasos de responsabilidade da Contratada, os reajustes serão calculados até o mês previsto no Cronograma físico-financeiro, para o evento gerador do faturamento.

**§9º** - Os pagamentos poderão ser suspensos pela Prefeitura, nos seguintes casos:

I. Não cumprimento das obrigações da Contratada para com terceiro que possam, de qualquer forma, prejudicar a Prefeitura;

II. Inadimplência de obrigações da Contratada para com a Prefeitura por conta do Contrato;

III. Não cumprimento do disposto nas Instruções fornecidas pela Prefeitura e nos demais Anexos deste Edital;

IV. Erros ou vícios nas faturas.

**§10º** - De acordo com o art. 185 do Regulamento do ICMS do Estado de Sergipe, aquele que participar de licitação neste Estado e que adquirir mercadorias de outras unidades da federação, recolherá o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.

**§11º** - De acordo com ofício circular nº 10/2023 – GP – TCE/SE e Termo de Alerta 01/2023-DCEOS, deverá ser anexado aos boletins medições os seguintes documentos: **a)** nomes dos fornecedores de paralelepípedos, pessoas jurídicas (CNPJ) ou pessoa física (CPF), localização, endereço; **b)** registro da jazida no DNPM e **c)** Licença ambiental da exploração

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 92, inciso VII, da Lei nº. 14.133/21)**

O prazo máximo de execução das obras, objeto deste Contrato, será de \*\*\*\* (\*\*\*\*\*) dias consecutivos, contados a partir da emissão e do consequente recebimento da Ordem de Serviço pelo licitante vencedor e, após assinatura do contrato que terá prazo de \*\*\*\* (\*\*\*\*\*) dias, que poderão ser, excepcionalmente, prorrogados na ocorrência de algumas das hipóteses, de acordo com o art. 105, da Lei nº. 14.133/21:

I. Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBÁÚBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS**

- II. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- III. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração
- IV. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº. 14.133/21 e fixados no Contrato;
- V. Impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- VI. Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

**§1º** - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução poderá ser prorrogado por igual período, mediante a celebração de termo aditivo, devidamente justificado pela autoridade competente para celebrar o contrato, na forma do art. 107 da Lei nº. 14.133/21.

**§2º** - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos referidos neste Contrato em dia de expediente na Prefeitura, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, inciso VIII, da Lei nº. 14.133/21)**

Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes deste Contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária abaixo especificada:

**UO 17026 – Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos – SOTUR – Ação: 1034 – Urbanização e/ou Arborização de Vias e Logradouros – 449051.0000 – Obras e Instalações – Fonte de Recurso: 1710.0000 (Recursos de Transferência Especial do Estado)**

**UO 17026 – Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos – SOTUR – Ação: 1048 – Abertura e/ou Pavimentação de Vias – 449051.0000 – Obras e Instalações – Fonte de Recurso: 1710.0000 (Recursos de Transferência Especial do Estado)**

**CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA (art. 92, inciso XII e XIII, da Lei nº. 14.133/21)**

No ato de assinatura do contrato, a Contratada apresentará à Prefeitura garantia de execução contratual correspondente a 3% (três por cento) do valor contratado, de acordo com o art. 98 da Lei nº. 14.133/21. A garantia contratual de que trata este item poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas em Lei e adiante descritas, com validade do prazo contratual.

**§1º** - São modalidades de garantia, na forma do art. 96, §1º da Lei nº. 14.133/21:

I. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II. Seguro garantia;

III. Fiança bancária.

**§2º** - A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pela não conclusão ou conclusão incompleta dos serviços e pelas eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

**§3º** - A garantia prestada em dinheiro deverá ser depositada em conta do Banco do Estado de Sergipe S/A, vinculada ao contrato, a fim de manter a sua atualização financeira, de acordo com o art. 100 da Lei nº. 14.133/21.

**§4º** - Depois da aceitação definitiva dos serviços e obras contratados, expedido o correspondente Termo de Recebimento Definitivo pela Prefeitura, será devolvida a garantia, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos a partir da entrega de requerimento escrito da Contratada, dirigido ao Gestor do Contrato, em consonância com o art. 100 da Lei nº. 14.133/21.

**§5º** - Se o valor global da proposta da Contratada for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do menor valor a que se refere o art. 59 da Lei nº. 14.133/21, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no §5º do art. 59 da Lei nº. 14.133/21, igual à diferença entre o valor resultante do item anterior e o valor da correspondente proposta, na forma do art. 59 da Lei nº. 14.133/21.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 92, inciso XIV e XVI, da Lei nº 14.133/21)**

A CONTRATANTE, durante a vigência deste Contrato, se obriga a:

- I. Acompanhar, controlar e analisar a execução das obras quanto à eficiência, eficácia e a efetividade na realização dos serviços prestados;
- II. Observar para que, durante toda a vigência do Contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada;
- III. Indicar os seus representantes responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e controle do objeto deste Contrato;
- IV. Notificar à Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução das obras, fixando prazo para as devidas correções;
- V. Efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento.

A CONTRATADA, durante a vigência deste Contrato, se obriga a:

- I. Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado;
- II. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que, a critério da Prefeitura, se façam necessários nas obras e serviços, objeto deste Contrato, até os limites fixados nos arts. 125 e 126 da Lei nº. 14.133/21;
- III. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
- IV. Assumir inteira e exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste Contrato, sejam essas de natureza trabalhista, previdenciária, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade da Prefeitura, relativamente a esses encargos, inclusive os que, eventualmente, advirem de prejuízos causados a terceiros;
- V. Manter no escritório da obra o livro de ocorrências de obras, onde serão anotadas todas as ocorrências havidas na execução dos serviços, livro este que será assinado semanalmente pelo responsável técnico da Contratada e pelo engenheiro fiscal da obra;
- VI. Manter, durante toda execução do Contrato, as condições inicialmente pactuadas de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**Parágrafo Único** - Será assegurada à Prefeitura a fiscalização na execução dos trabalhos contratados, comprometendo-se a Contratada a fornecer informações, dados e elementos que lhe forem requisitados pela Contratante.





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

FOLHAS: 333  
1001

**CLÁUSULA OITAVA - DAS MULTAS E PENALIDADES (Art. 92, inciso XIV, da Lei nº 14.133/21)**

Ao atraso no cumprimento de qualquer obrigação assumida, será aplicada multa de 01% (um por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, e em caso de descumprimento de cada um dos prazos parciais previstos no cronograma físico-financeiro, e desde que a motivo do atraso tenha sido por culpa exclusiva da Contratada, salvo se a justificativa do atraso for aceita pela fiscalização da Contratante. O atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos será considerado como inexecução total do contrato.

§1º - A multa prevista no item anterior será deduzida dos pagamentos a serem efetuados à Contratada, sendo restituída na hipótese de ocorrer a recuperação dos atrasos verificados.

§2º - Caberá, ainda, a aplicação dessa multa nos seguintes casos:

I. Não executar as obras de acordo com o projeto, especificação e normas técnicas vigentes;

II. Dificultar os trabalhos de fiscalização dos mesmos;

III. Por transferência de Contrato, a Contratada fica sujeita a multa de 10% (dez por cento) do valor deste Termo se o transferir a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização da Contratante.

§3º - Serão considerados casos de força maior, para isenção de multas, quando o atraso na entrega da obra contratada decorrer de:

I. Período excepcional de chuva;

II. Ordem escrita para paralisar ou restringir a execução dos trabalhos, de interesse da Contratante;

III. Falta de elemento técnico, quando o fornecimento deles couber à Contratante.

§4º - No caso de ficar comprovada a existência de irregularidades ou ocorrer inadimplemento contratual que possa ser responsabilizada a Contratada, e, ainda, em caso de inexecução, total ou parcial, do contrato, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas na Lei nº. 14.133/21, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

I. Advertência;

II. Multa de 01% (um por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado na obra;

III. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

IV. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§5º - Nas mesmas penalidades incorrerá o adjudicatário que não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, conforme estabelece a Lei nº. 14.133/21. O valor da multa, neste caso, será de 10% (dez por cento) do valor adjudicado.

§6º - A inexecução total ou parcial das obras objeto desta Licitação ensejará sua rescisão, nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº. 14.133/21.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 92, inciso XIX, da Lei nº 14.133/21)**

A inexecução, total ou parcial, do Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Contratante, no caso enumerado no inciso I do Art. 138 da Lei nº. 14.133/21, na forma do art. 139 da mesma Lei.

**Parágrafo único** - Quando a rescisão ocorrer, com base no art. 137 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 138 do mesmo diploma legal.





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBÁÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

**CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 92, inciso IX, da Lei nº 14.133/21)**

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 139 da Lei nº. 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 92, inciso III, da Lei nº 14.133/21).**

O presente Contrato fundamenta-se:

I. nos termos do Concorrência nº. ..../2024 que, simultaneamente:

- a. constam do Processo Administrativo que o originou;
- b. não contrariem o interesse público

II. nas demais determinações da Lei 14.133/21;

III. nos preceitos do Direito Público;

IV. supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

**Parágrafo Único** - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 124, Lei nº 14.133/21).**

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 124 da Lei nº. 14.133/21, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 124 e 125 da Lei nº. 14.133/21, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 124, II da Lei nº. 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 117, Lei nº 14.133/21).**

Na forma do que dispõe o artigo 117 da Lei nº. 14.133/21, fica designado o servidor \_\_\_\_\_ - CPF nº. \_\_\_\_\_, lotado na \_\_\_\_\_ deste Órgão, para acompanhar e fiscalizar execução do presente Contrato.

§1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

§3º - Correrão por conta da Contratada os tributos incidentes sobre as faturas a serem pagas, assim como as contribuições devidas ao INSS, bem como serão de sua exclusiva responsabilidade as obrigações ou encargos trabalhistas, da Previdência Social, de seguros com referência ao pessoal empregado, contratado ou que prestar qualquer serviço na execução da obra ou fiscalização dos serviços decorrentes deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DA OBRA (Art. 140, da Lei nº 14.133/21)**

Em consonância com o art. 140, I da Lei nº. 14.133/21, o objeto deste Contrato será recebido:

- a. Provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias de comunicação escrita do Contratado;





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS

b. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 140 da Lei nº. 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

- I. Com a prévia e expressa aprovação da Prefeitura, sem perda das responsabilidades contratuais e legais, a Contratada poderá subcontratar parte das obras e dos serviços deste Contrato, respeitado o limite máximo de 40% (quarenta por cento) do valor contratado.
- II. A subcontratação não altera os direitos e as obrigações da Contratada perante a Prefeitura.
- III. Para a execução deste Contrato, a Prefeitura poderá designar, por ato da Diretoria a que se vincula este Contrato, um Engenheiro como seu representante, com a competência de Gestor de Contrato da Prefeitura, que, dentre outras atribuições, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução das obras e serviços objeto deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- IV. Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência prevista no ato de designação, deverá o Gestor de Contrato da Prefeitura poderá solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes.
- V. Durante a execução deste Contrato, a Prefeitura poderá exigir da Contratada seguro para garantia de pessoas e bens, para um bom e perfeito desenvolvimento dos trabalhos contratados, conforme o grau de criticidade da etapa de execução das obras e dos serviços, objeto deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Umbaúba, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

\_\_\_\_\_/SE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

I - \_\_\_\_\_

II - \_\_\_\_\_